



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Câmpus de São José do Rio Preto

Virginia Maria Nuss

**As relações de causalidade por meio do sintagma preposicionado  
*por + substantivo***

São José do Rio Preto  
2021

Virginia Maria Nuss

**As relações de causalidade por meio do sintagma preposicionado  
*por + substantivo***

Tese apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Estudos Linguístico, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Financiadora: CAPES

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marize Mattos Dall’Aglio  
Hattnher

São José do Rio Preto  
2021

N975r Nuss, Virginia Maria  
As relações de causalidade por meio do sintagma preposicionado  
por + substantivo / Virginia Maria Nuss. -- São José do Rio Preto,  
2021  
95 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),  
Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio  
Preto  
Orientadora: Marize Mattos Dall'Aglio Hattnher

1. Relações de causalidade. 2. Sintagma Preposicionado. 3.  
Gramática Discursivo-Funcional. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Virginia Maria Nuss

**As relações de causalidade por meio do sintagma preposicionado  
*por + substantivo***

Tese apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Estudos Linguístico, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Financiadora: CAPES

**Comissão Examinadora**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marize Mattos Dall’Aglio Hattner  
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto  
Orientadora

Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio  
UEM – Câmpus de Maringá

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Flávia Bezerra de Menezes Hirata Vale  
UFSCAR – Câmpus de São Carlos

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gisele Cássia de Sousa  
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves  
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

São José do Rio Preto  
23 de agosto de 2021

Dedico este trabalho, com amor e carinho, ao meu esposo,  
Eliseu, aos meus filhos, Ana e Lucas, e aos meus pais, Ivo (in memoriam) e  
Lindramil.

## AGRADECIMENTOS

À minha muito querida orientadora e amiga, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marize M. Dall'Aglio Hattner, por todo apoio e compreensão neste longo e árduo processo, pela qualidade da orientação e pela confiança depositada no meu trabalho. Obrigada por me acolher tão prontamente no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos do Ibilce, por me compreender e me auxiliar sempre, não me deixando desistir em momento algum. Obrigada por todo zelo, ética, apoio, carinho e respeito tanto em meu percurso profissional e acadêmico quanto pessoal.

Ao meu esposo, Eliseu Alves Fortes, por me auxiliar e me compreender neste longo e difícil percurso. Obrigada por estar ao meu lado.

Aos professores da banca de qualificação, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gisele Cássia de Sousa e Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves, pelas valiosas sugestões, correções, observações e apontamentos.

Aos meus familiares que, independentemente de estarem perto ou longe, sempre acreditaram em mim.

E, finalmente, a todos os professores e amigos que, no decorrer deste processo de doutoramento, compartilharam comigo suas convicções e conhecimentos.

Obrigada a todos por fazerem parte da minha história.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

"O homem, criador dos signos, não era modesto a ponto de aceitar que apenas nomeava, ele precisou acreditar que com as palavras adquiria saber sobre as coisas. A linguagem é nossa ficção primeira, é ela que permite o universo imaginário que vamos chamar de "mundo verdadeiro". Os signos são nossa primeira experiência de duração; é a duração ficcional da palavra que fornece a crença em mundo durável [...]. E é o esquecimento do caráter fictício de toda valoração que leva à crença na verdade"

MOSÉ, Viviane. *Nietzsche e a grande política da linguagem* (2016, p. 49)

"O enunciado definitivo, com efeito, não deve tornar claro apenas o fato, como a maioria das definições dizem, mas devem conter e tornar visível a causa."

Aristóteles. *De anima* (s/d, p.38)

## RESUMO

Este trabalho visa investigar, a partir de uma perspectiva discursivo-funcional, a relação de causalidade expressa por meio de sintagmas preposicionados compostos pela preposição *por* seguida de um elemento nominal (*por+substantivo*). Defendendo a hipótese mais geral de que esses sintagmas podem ser a codificação de relações de causalidade constituídas tanto no Nível Interpessoal como no Nível Representacional, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar o funcionamento desses sintagmas nos níveis de análise pragmático, semântico e morfossintático, buscando caracterizar seu uso dentro e fora do sistema de transitividade e os diferentes tipos de relações de causalidade que estabelecem, bem como verificar a distinção entre esses sintagmas e os demais casos de construções causais desenvolvidas. A análise do funcionamento desses sintagmas na língua portuguesa do Brasil é feita a partir de ocorrências reais coletadas, principalmente, do Corpus online do Português, organizado por Mark Davies e Michael Ferreira (2016-2021). Os resultados demonstraram que os sintagmas preposicionados com *por* indicando causalidade (SPpc) podem codificar relação de causalidade que se estabelece no Nível Interpessoal, com função retórica *Motivação*, na camada do Ato Discursivo, e no Nível Representacional, com função de modificador que indica as relações semânticas *razão*, *explicação* e *causa*, ou de argumento com função semântica *causativo*, de acordo com a configuração argumental da predicação. Foram encontrados ainda dois casos atípicos da expressão da causalidade por meio da construção sintagmática. Na relação *razão*, observou-se a possibilidade de a relação entre um (p) modificando outro (p) e, na camada do Movimento, verificou-se que a função interacional Transição também pode ser considerada como uma manifestação da causalidade.

**Palavras-chave:** Relações de causalidade. Sintagma Preposicionado. Gramática Discursivo-Funcional.



## ABSTRACT

This work aims to investigate, from the perspective of Functional Discourse Grammar, the causal relation expressed through prepositional phrases composed by the preposition *por* followed by a nominal element (*por+noun*). Defending the more general hypothesis that these phrases can be the codification of causality relations constituted both at the Interpersonal Level and at the Representational Level, this research aims to investigate the functioning of these phrases at various levels of analysis, seeking to characterize their use within and outside the transitivity system and the different types of causality relations they establish, as well as verifying the distinction between these phrases and the other cases of developed causal constructions. The analysis of the functioning of these phrases is made from real occurrences of the Portuguese language of Brazil, which were collected, mainly, from the *Corpus do Português*, organized by Mark Davies. The results showed that the prepositional phrases with *por* indicating causality (SPpc) can be the codification of a causal relationship that is established at the Interpersonal Level, through the rhetorical function Motivation, in the Discourse Act layer, and in the Representational Level, through modifiers that indicate the semantic relations *reason*, *explanation* and *cause*, or through arguments with *causative* semantic function, according to the argumental configuration of the predication. Two atypical cases of expression of causality through syntagmatic construction were also found. In the relation of *reason*, it was observed the possibility of the relation between one (p) modifying another (p) and, in the Movement layer, it was verified that the interactional function Transition can also be considered as a manifestation of causality.

**Keywords:** Causality. Prepositional phrases. Functional Discourse Grammar.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. A GDF como parte de uma teoria mais ampla da interação verbal	20
Figura 2: Esquema Geral da GDF	21
Figura 3: Estrutura hierárquica do Nível Interpessoal	23
Figura 4: Estrutura hierárquica do Nível Representacional	25
Figura 5: Estrutura hierárquica do Nível Morfossintático	27
Figura 6: Estrutura hierárquica do Nível Fonológico	29

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Os domínios semânticos, tipos de causalidade e os níveis de formulação da GDF	46
Quadro 2: Características semânticas das relações de causalidade	78
Quadro 3: Características pragmáticas, semânticas e morfossintáticas das relações de causalidade no sintagma preposicionado <i>por+substantivo</i>	90

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CP-G/H</b>	Corpus do português - subcorpus General/Historic
<b>CP-NOW</b>	Corpus do português - subcorpus NOW
<b>CP-W/D</b>	Corpus do português - subcorpus Web/Dialect
<b>GDF</b>	Gramática Discursivo Funcional
<b>GT</b>	Gramática Tradicional
<b>NF</b>	Nível Fonológico
<b>NI</b>	Nível Interpessoal
<b>NM</b>	Nível Morfossintático
<b>NR</b>	Nível Representacional
<b>SPpc</b>	Sintagma preposicionado com <i>por</i> indicando causalidade
<b>SPrep</b>	Sintagma preposicionado

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2. CAPÍTULO I: BASES TEÓRICAS.....</b>	<b>19</b>
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA GRAMÁTICA DICURSIVO-FUNCIONAL: UMA BREVE APRESENTAÇÃO .....	19
<b>2.1 Nível Interpessoal .....</b>	<b>23</b>
<b>2.2 Nível Representacional.....</b>	<b>25</b>
<b>2.3 Nível Morfossintático .....</b>	<b>26</b>
<b>2.4 Nível Fonológico.....</b>	<b>28</b>
<b>2.5 A abordagem teórica e o sintagma <i>por+substantivo</i>.....</b>	<b>30</b>
<b>3. CAPÍTULO II: RELAÇÕES DE CAUSALIDADE.....</b>	<b>31</b>
3.1 ASPECTOS COGNITIVOS DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE.....	31
3.2 AS EXPRESSÃO DA CAUSALIDADE NA GRAMÁTICA TRADICIONAL.....	36
3.3 AS RELAÇÕES DE CAUSALIDADE NA GDF .....	39
3.4. O CONCEITO DE CAUSALIDADE: SÍNTESE .....	45
<b>4. CAPÍTULO III: O SINTAGMA PREPOSICIONADO EM LÍNGUA PORTUGUESA.....</b>	<b>48</b>
4.1 O SINTAGMA PREPOSICIONADO .....	48
4.2 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO SINTAGMA PREPOSICIONADO COM <i>POR</i> .....	52
<b>5. CAPÍTULO IV: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>58</b>
5.1 CONSTITUIÇÃO DO CORPUS .....	58
5.2 CRITÉRIOS DE ANÁLISE .....	59
<b>5.2.1 Critérios do Nível Interpessoal.....</b>	<b>60</b>
5.2.1.2 Tipo de relação entre Atos .....	61
<b>5.3.2 Critérios do Nível Representacional .....</b>	<b>63</b>
<b>5.3.3 Critérios Morfossintáticos .....</b>	<b>67</b>
5.3.3.1 Estrutura simples ou complexa.....	67
5.3.3.2 Relação sintática.....	68
5.3.3.3 Ordem do SPpc.....	70
<b>6. CAPÍTULO V: AS RELAÇÕES DE CAUSALIDADE NA GDF POR MEIO DO SINTAGMA PREPOSICIONADO <i>POR + SUBSTANTIVO</i> .....</b>	<b>72</b>
6.1 A EXPRESSÃO DA CAUSALIDADE NO NI.....	72
6.2 A EXPRESSÃO DA CAUSALIDADE NO NR .....	75
<b>6.2.1 As relações de causa, explicação, razão .....</b>	<b>75</b>

<b>6.2.2. A função semântica causativo</b> .....	81
<b>6.3 O SPPC E OUTRAS RELAÇÕES DE CAUSALIDADE</b> .....	84
<b>7. CONCLUSÕES</b> .....	<b>91</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>94</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As marcas linguísticas de expressão da causalidade são investigadas por diferentes teorias, desde a filosofia aristotélica, perpassando diversas áreas, até a linguística moderna. Na área dos estudos sobre a linguagem, gramáticos e linguistas investigam e classificam variadas construções e formas verbais que indicam causalidade. Este trabalho visa investigar, a partir de uma perspectiva discursivo-funcional, esse tipo de relação semântica quando expressa por meio de construções linguísticas formadas por sintagmas preposicionados (SPrep) compostos pela preposição *por* seguida de um elemento nominal (*por+substantivo*).

A escolha desse objeto de pesquisa pode ser justificada a partir de duas perspectivas, quais sejam, a do objeto e a da proposta de pesquisa. Acerca do objeto, percebeu-se, a partir dos estudos realizados durante o mestrado sobre as orações desenvolvidas causais (NUSS, 2017), que as construções sintagmáticas preposicionadas com *por* apresentavam ocorrências peculiares e relevantes para o funcionamento da interação verbal. Dessa forma, tendo em vista que os estudos sobre as relações de causalidade nos estudos funcionalistas geralmente priorizam o âmbito oracional, a presente proposta de pesquisa justifica-se, sobretudo, por trazer um estudo sobre as construções sintagmáticas de expressão de causalidade. Por serem demasiadamente amplas as possibilidades sintagmáticas desse tipo de construção, optou-se pelas construções sintagmáticas iniciadas com *por*.

Aliada à sua alta produtividade, observou-se também que esse tipo de sintagma, comumente visto apenas como perlativo ou locativo, servia à expressão de diferentes relações semânticas de causalidade. É a necessidade de um estudo que sistematize tais ocorrências, considerando não apenas sua forma sintagmática, mas o seu funcionamento na expressão da causalidade, que justifica a presente proposta de pesquisa, uma vez que esse tipo de construção ainda não possui descrição nos estudos da teoria que subsidia esta pesquisa. Considerando que a causalidade envolve aspectos cognitivos, conceituais e interacionais presentes na relação entre a linguagem e a representação de fatos no mundo, a escolha teórica e metodológica natural para o desenvolvimento desta pesquisa foi a abordagem funcionalista. Mais especificamente, o suporte teórico para a análise da expressão sintagmática da causalidade adotado foi a Gramática Discursivo-Funcional

(HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), que prioriza a análise integrada de critérios pragmáticos, semânticos e morfossintáticos dos usos da língua, característica essencial para descrever a multifuncionalidade do sintagma preposicionado com *por*, que expressa causalidade.

Na Gramática Tradicional, a descrição do SPrep é feita a partir de critérios sintáticos, sem que haja um consenso acerca da sua classificação morfossintática. Nos estudos funcionalistas, por sua vez, diferentes classificações são apresentadas a partir critérios sintáticos, semânticos e pragmáticos e, ainda assim, o reconhecimento das funções do SPrep também não é consensual. Para melhor identificar as questões que se apresentam para a análise da estrutura *por+substantivo*, alguns desses estudos são brevemente comentados a seguir.

Considerando o funcionamento das construções sintagmáticas preposicionadas, de modo geral, sob uma perspectiva de relação entre sentenças, Castilho (2010) considera que o SPrep se compõe de preposições com o sentido de base de deslocamento espacial ou temporal, sempre intraoracional. No entanto, ao abordar especificamente os sintagmas compostos com *por+substantivo*, Castilho (2010, p. 375) reconhece que a preposição *por* e as locuções prepositivas “concorrem” com as conjunções causais, constituindo o que o autor denomina de minissentença. Para Castilho (op. cit., p. 313-321), a minissentença apresenta propriedades gramaticais específicas, bem como propriedades semânticas e discursivas bem delineadas, e ocupa uma posição intermediária em um contínuo entre o sintagma (argumental) e a sentença simples (oração absoluta). Essa consideração é bastante interessante para a presente investigação na medida em que relativiza o conceito de dependência usualmente atribuído ao SPrep, mostrando que, na verdade, essa dependência apresenta certa escalaridade. Para ilustrar essa posição, Castilho apresenta SPrep totalmente dependentes, como em (1), que são regidos pelo verbo que organiza a estrutura argumental da predicação; SPrep que, embora sejam dependentes, no sentido de não apresentarem sentido completo quando sozinhos, podem ocupar diferentes posições na estrutura sintática, como no caso dos adjuntos em (2), e SPrep não exigidos pela estrutura argumental, que constituem minissentenças, como em (3).

- (1) *Preciso de grama.* (CASTILHO, 2010, p. 266)
- (2) *No fundo, ele sabe tudo. / Ele, no fundo, sabe tudo.* (CASTILHO, 2010, p. 267)
- (3) *Sobre globalização, eu gostaria que o senhor falasse sobre o significado da globalização no mundo moderno.* (CASTILHO, 2010, p. 320)



Com relação ao SPrep com *por*, quando intraoracional, Castilho (2010, p. 597, 598) considera *por* como uma preposição do eixo horizontal espacial que estabelece relações semânticas derivadas da indicação de um ponto intermediário de um percurso físico ou temporal. Essa consideração é bastante recorrente tanto nos estudos funcionalistas quanto nos estudos da GT, e costuma ser a classificação primeira para essa preposição. A exemplo disso, cita-se o trabalho de Pezatti *et alia* (2010), que aborda o estatuto lexical e gramatical das preposições em português sob a perspectiva da Gramática Discursivo-funcional (GDF). Nesse estudo, os sintagmas *por+substantivo* são classificados apenas como *perlativos* (indicando percurso, movimento), quando dentro do sistema de transitividade, e como *durativos* (indicando temporalidade), quando fora do sistema de transitividade. No entanto, como se pretende mostrar nesta pesquisa, o SPrep com *por* pode ser encontrado em um grande número de ocorrências no estabelecimento da causalidade, seja intraoracional ou não.

Como explica Neves (2000), a preposição *por* pode compor um SPrep que é capaz de atuar dentro do sistema de transitividade, e de forma subordinada pela regência de termos anteriores, como em (4), e também fora do sistema de transitividade, estabelecendo relações semânticas sem subordinação exigida pela regência, como em (5), respectivamente.

- (4) Depois de ver toda a família exterminada *por uma ditadura* sanguinolenta do seu país. (NEVES, 2000, p.703)
- (5) Aparentava mais idade *pelo abuso de banhos* quentes. (NEVES, 2000, p.706)

Outros estudos também consideram o SPrep como um elemento que pode atuar fora do sistema de transitividade. Zago (2014), por meio da perspectiva da Teoria Sistêmico-funcional, trata os processos juntivos de causa nos âmbitos pragmático, semântico e sintático, classificando diferentes tipos de SPrep como extraoracionais, utilizando como base teórica o sistema tático de combinação de orações de Halliday (2004). Em seu trabalho, a autora considera alguns sintagmas *por+substantivo* como uma estrutura subordinada de funcionamento adverbial, nos moldes de orações hipotáticas desenvolvidas.

A partir da perspectiva teórica da GDF, Sposito (2012) investiga as relações adverbiais de causa e reconhece, por meio de critérios sintáticos e semânticos, a ocorrência de sintagmas *por+substantivo* como um segmento linguístico capaz de estabelecer relações de causalidade nos moldes das relações estabelecidas pelas orações conhecidas na GT como “adverbiais”.

A consideração dos SPrep com *por* indicando causalidade dentro ou fora do sistema de transitividade é importante para este trabalho que, adotando a perspectiva teórica da GDF, pretende analisar categorias e funções semânticas a partir da constituição do esquema argumental do segmento linguístico nuclear com o qual o SPrep se relaciona. A expectativa é a de que a análise do SPrep dentro e fora do esquema argumental ajude a identificar e a descrever as diferentes relações de sentido causal expressas pela estrutura *por+substantivo*.

Na análise das relações da causalidade na GDF, Abreu, Pezatti e Marques (2016) apresentam uma proposta para a verificação das relações de causalidade por meio de construções adverbiais causais, considerando que uma oração causal pode codificar tanto um Ato Discursivo<sup>1</sup> que fornece a Motivação para a realização de um outro ato (6), como um estado de coisas que explica um conteúdo proposicional expresso na oração principal (7), ou, ao contrário, pode compor um conteúdo proposicional que justifica um estado de coisas (8), bem como compor, ainda, um estado de coisas como causa ou consequência de outro estado de coisas (9), como ilustram os exemplos apresentados pelos autores (p.127-128) dados a seguir.

- (6) Não repare não, *porque a jabá foi feita avexada*.
- (7) Morar na cidade é bom *porque temos acesso a muitas mais coisas*.
- (8) E muitas vezes na tradição africana, as pessoas usam mesmo, eh, pulseiras, e *porque acreditam em qualquer coisa de mágica*.
- (9) Escureceu muito rapidamente *porque estava ameaçando chuva*.

Essa classificação das relações causais oracionais é especialmente importante para a presente investigação porque permite identificar duas instâncias de atuação da causalidade, no nível das relações pragmáticas (Nível Interpessoal), em que essas construções desempenham a função de Motivação, e no nível das relações semânticas (Nível Representacional), em que essas construções expressam uma relação de explicação, razão ou causa.

Espera-se que a análise da expressão oracional da causalidade também possa ser expandida para a análise das construções sintagmáticas com *por+substantivo*. Apesar de diferentes estudiosos terem avaliado o SPrep no seu funcionamento interno e externo ao quadro predicativo de uma construção linguística de núcleo verbal, falta ainda demonstrar

---

<sup>1</sup> Como veremos no Capítulo I, a GDF utiliza letras maiúsculas para identificar unidades e funções interpessoais e letras minúsculas para unidades e funções semânticas. Neste texto, seguimos essa notação.

que, com diferentes graus de dependência, o sintagma *por+substantivo* pode veicular múltiplas relações de causalidade, indicando que essa construção deve ser considerada para além de seus valores semânticos tradicionais (perlativo ou locativo).

Considerando o SPrep sob um viés mais composicional, uma das construções linguísticas possíveis do SPrep com *por* indicando causa, e que é bastante recorrente, é aquela em que *por* é seguido de um substantivo transitivo, formando locuções prepositivas. A produtividade linguística deste tipo de sintagma permite variadas construções causais como *por causa de*, *por motivo de*, *por influência de*. Além dessas construções, serão analisados, também, sintagmas com substantivo intransitivo, como *por curiosidade*, *por corrupção*, *por overdose*, *por estupro*, e sintagmas com substantivos de léxico causal, como *por motivos políticos*, *por razões distintas* etc.

Isso posto, a presente pesquisa, que tem por base teórica a Gramática Discursivo-Funcional, restringe seu objeto de análise aos SPrep iniciados com *por* que codificam relações de causalidade (doravante SPpc). Defendendo a hipótese mais geral de que um SPpc pode ser a representação de unidades do Nível Interpessoal e do Nível Representacional com diferentes funções, dada a sua multifuncionalidade, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar o funcionamento desses sintagmas, buscando caracterizar seu uso dentro e fora do sistema de transitividade e os diferentes tipos de relações de causalidade que expressam, bem como verificar a distinção entre esses sintagmas e os demais casos de construções causais desenvolvidas. Outras hipóteses, decorrentes da abordagem teórica selecionada, serão levantadas para explicar casos específicos do funcionamento do SPpc, e serão apresentadas ao longo do Capítulo IV, na discussão dos critérios de análise. A análise do funcionamento desses sintagmas na língua portuguesa do Brasil será feita a partir de ocorrências reais, coletadas, principalmente, do Corpus online do Português, organizado por Mark Davies e Michael Ferreira (2016-2021).

Este trabalho organiza-se em cinco capítulos. No primeiro, expõem-se os princípios teóricos da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) que embasam esta pesquisa, apresentando-se sucintamente os níveis e camadas do Componente Gramatical que serão pertinentes para a análise dos sintagmas *por+substantivo* expressando causalidade. No capítulo dois, são apresentadas algumas breves considerações sobre aspectos cognitivos da relação de causalidade relevantes para a análise aqui empreendida, bem como aspectos da sua descrição presentes nas gramáticas tradicionais e nos estudos descritivos feitos segundo a GDF. No terceiro capítulo encontra-se uma breve discussão dos conceitos existentes acerca

dos SPrep, tanto nas gramáticas tradicionais quanto nas funcionalistas, abordando questões específicas do SPpc. O capítulo quatro trata dos procedimentos metodológicos para a constituição do *corpus* e dos critérios e parâmetros de análise. O capítulo cinco apresenta análises e resultados que permitem a verificação das hipóteses desta pesquisa. Por último, há a apresentação das conclusões a que se chega neste trabalho.

## 2. CAPÍTULO I: BASES TEÓRICAS

### 2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL: UMA BREVE APRESENTAÇÃO

A Gramática Discursivo-Funcional (GDF) é assim denominada por ser um modelo funcionalista de gramática que, buscando adequação tipológica, tem como unidade básica de análise o Ato Discursivo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), definido não pelas suas propriedades formais, mas pela sua função de expressar a intenção do falante no ato comunicativo. Como parte de um modelo mais amplo de interação verbal, o componente gramatical da língua interage com outros três componentes envolvidos na produção linguística de um falante de uma língua natural: os componentes Conceitual, Contextual e de Saída.<sup>2</sup>

A GDF assenta alguns de seus pressupostos teórico-metodológicos na Gramática Funcional de Dik (1989, 1997), mas apresenta reformulações fundamentais dessa teoria. Um conceito importante a ser destacado diz respeito à adequação psicológica. Conforme Hengeveld e Mackenzie (2012), a teoria proposta por Dik (1989) visava uma adequação pragmática, tipológica e psicológica da comunicação verbal e apresentava sua gramática como um modelo centrado no falante. A GDF, no entanto, não é um modelo do falante, mas é “uma teoria sobre a gramática que tenta refletir as evidências psicolinguísticas em sua arquitetura básica” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 45), apresentando uma rigorosa arquitetura descendente que começa com a intenção do falante e se desenvolve até a articulação.

Em suma, a GDF não é uma teoria do Discurso ou “do falante”, mas do Ato Discursivo e dos processos linguísticos que daí decorrem e perpassam os diferentes níveis de análise da língua, desde o pragmático até ao fonológico. É, portanto, Discursivo-funcional, por observar o funcionamento das formas linguísticas expressas em Atos Discursivos, as quais refletem a funcionalidade da linguagem na interação, e é Gramática, por descrever e explicar a sistematicidade subjacente às estruturas linguísticas.

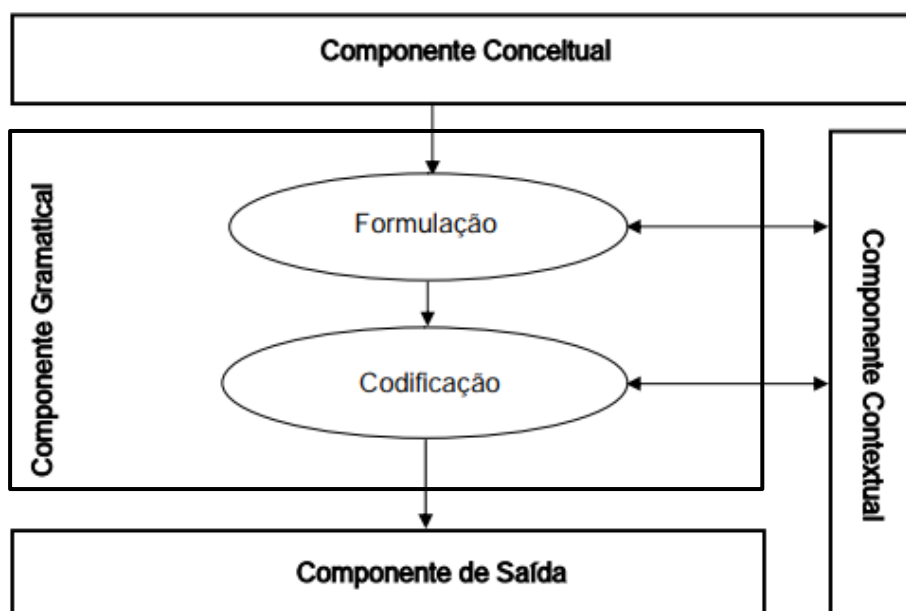
---

<sup>2</sup> Conforme figura 2, adiante.

Para Hengeveld e Mackenzie (2008), o Ato Discursivo ocorre em todas as línguas e, por isso, na GDF, ele é o ponto de partida para a realização de análises, diferentemente de outras gramáticas, que possuem como ponto de partida a oração.

Ao buscar adequação psicológica, a GDF propõe uma organização descendente que reflete o processamento linguístico do falante. Em outras palavras, o modelo reflete um processo que se inicia com a intenção do falante, no Componente Conceitual, passa pelas operações de Formulação e Codificação linguística do Componente Gramatical e, termina com a articulação, no Componente de Saída, como se vê na Figura 1.

Figura 1. A GDF como parte de uma teoria mais ampla da interação verbal



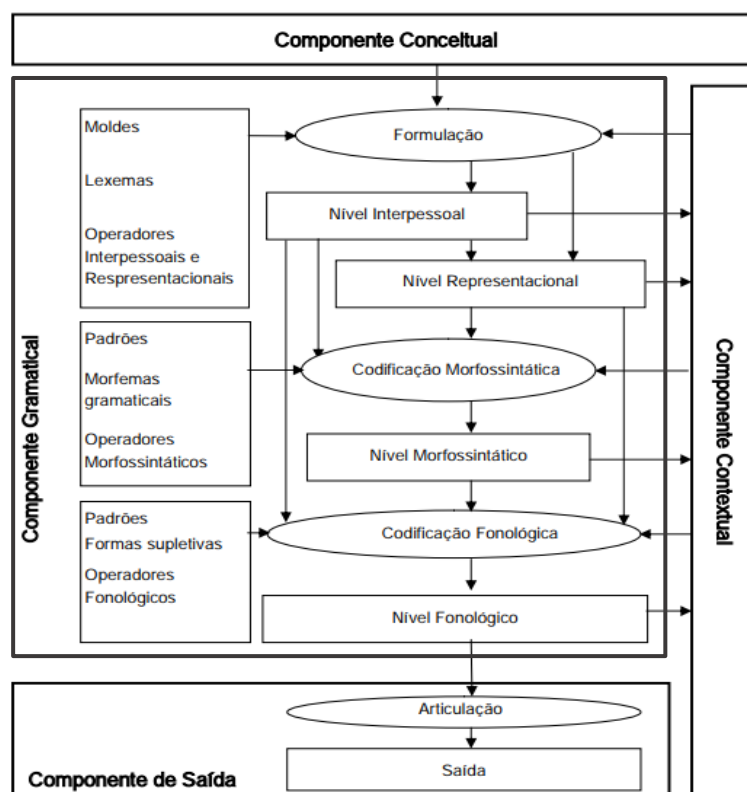
Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 44)

Os quatro componentes descritos na figura 1 relacionam-se de diferentes maneiras e compõem um modelo geral de interação verbal que possui o Componente Gramatical como central. Dessa forma, tanto o Componente Conceitual, responsável pela intenção comunicativa do falante e pelas conceptualizações associadas aos eventos extralinguísticos relevantes, quanto o Componente Contextual, que é responsável pelo contexto comunicativo, fornecem informações imediatas que interagem com o Componente Gramatical. Por sua vez, o Componente Gramatical traz os aspectos descritivos e tipológicos da formulação e da codificação linguística, com base nas informações recebidas dos outros dois componentes. Já o Componente de Saída converte as estruturas do Componente Gramatical de acordo com

o tipo de interação verbal realizada - oral, gestual ou escrita.

O componente que possibilita uma descrição formal da língua é o Componente Gramatical, que se organiza em quatro diferentes níveis de descrição da língua: Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico, como mostrado na Figura 2.

Figura 2: Esquema Geral da GDF



Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 45)

Ao verbalizar algo, o falante principia um processo de Formulação e Codificação linguística. O processo de Formulação alimenta os Níveis Interpessoal e Representacional, no interior dos quais se encontram regras que possibilitam converter as representações cognitivas em representações pragmáticas e semânticas subjacentes, respectivamente. O processo de Codificação alimenta os Níveis Morfossintático e Fonológico, os quais possibilitam decodificar as representações subjacentes do processo de formulação em representações codificadas morfossintática e fonologicamente.

Esses processos e os diferentes níveis apresentados na teoria não são excludentes entre si, mas visam mostrar exatamente a que nível de organização deve ser atribuída cada parte que compõe um enunciado, de forma a descrever o funcionamento linguístico.

Cabe ainda mencionar que Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 48-49) consideram que as estruturas das camadas dentro dos níveis possuem uma relação de paralelismo, de modo que é possível pensar em uma representação formal que se aplique a todas as camadas, considerando que

- (i) cada camada e cada componente de cada camada é simbolizado por uma variável indexada ( $V$ );
- (ii) cada variável pode ser expandida por um item lexical ou por uma representação complexa de uma camada inferior, a ser identificada como núcleo ( $H$ );
- (iii) um núcleo pode ser modificado posteriormente por um ou mais modificadores ( $\Sigma$ ), novamente, extraído do léxico ou internamente complexo;
- (iv) cada variável pode ser especificada por um ou mais operadores ( $\pi$ ), que será expresso por meio de recursos gramaticais ou fonológicos, ao invés de recursos lexicais;
- (v) as unidades em cada camada podem conter uma função retórica ou pragmática ( $\Phi$ )<sup>3</sup>. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 48,49)

A estrutura abstrata resultante de cada camada, de acordo com o exposto por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 49), é a seguinte:

$$(\pi \ v1: [H(V_1)_\Phi]: [\Sigma (V_1)_\Phi])$$

Os autores salientam que apenas a variável é obrigatória, ou seja, a estrutura mínima para cada camada é ( $V_1$ ).

Percebe-se, portanto, que cada nível do componente gramatical possui suas especificidades, mas a organização hierárquica dessas estruturas é comum a todos os níveis. Todavia, apesar de as camadas se organizarem hierarquicamente, nem todas as relações entre as unidades que as compõem são hierárquicas: núcleo e modificador, por exemplo, estão em relação hierárquica, ao passo que predicado e argumentos, não. O uso dos colchetes marca, formalmente, essa relação não hierárquica ou configuracional.

Há de se ressaltar, ainda, a forma como o Componente Gramatical da GDF expõe os

---

<sup>3</sup> No original:

- (i) each layer and each component of each layer is symbolized by an indexed variable ( $V$ );
- (ii) each variable can be expanded by a lexical item or by a complex representation of a lower layer, to be known as the head ( $H$ );
- (iii) each head can be further modified by one or more modifiers ( $\Sigma$ ), again either drawn from the lexicon, or internally complex;
- (iv) each variable can be specified by one or more operators ( $\pi$ ), which will be expressed by grammatical or phonological rather than lexical means;
- (v) the units at each layer may have a function ( $\Phi$ ), rhetorical or pragmatic.



princípios funcionalistas mencionados no início desta seção, mantendo um alinhamento entre a hierarquia fundamental a toda teoria funcionalista, que considera a influência da pragmática sobre a semântica, e destas sobre a morfossintaxe e a fonologia, ao especificar hierarquicamente esses domínios, arranjos de modo descendente.

Após essa breve apresentação dos princípios que regem a concepção do modelo de gramática que fundamenta a GDF, a composição de cada Nível é apresentada brevemente, destacando-se os aspectos principais para a análise dos sintagmas *por+substantivos*.

## 2.1 Nível Interpessoal

No Nível Interpessoal (NI), é analisada não só a relação dos Componentes Conceitual e Contextual com o Componente Gramatical, mas, sobretudo, as estruturas que surgem por intermédio da interação entre falante e ouvinte, com prioridade às estratégias discursivas do falante, as quais envolvem aspectos retóricos e pragmáticos, de acordo com o objetivo da comunicação.

As camadas do Nível interpessoal organizam-se hierarquicamente como mostrado na figura 3.

Figura 3: Estrutura hierárquica do Nível Interpessoal

( $\pi M1$ ): [		Movimento
	( $\pi A1$ ): [	Ato Discursivo
	$\pi F1$ : ILL (F1): $\Sigma(F1)$	Ilocução
	( $\pi P1$ : ... (P1): $\Sigma(P1)$ )S	Falante
	( $\pi P2$ : ... (P2): $\Sigma(P2)$ )A	Ouvinte
	( $\pi C1$ ): [	Conteúdo Comunicado
	( $\pi T1$ : [...] (T1): $\Sigma(T1)$ ) $\Phi$	Subato Atributivo
	( $\pi R1$ : [...] (R1): $\Sigma(R1)$ ) $\Phi$	Subato Referencial
	] (C1): $\Sigma(C1)$ ) $\Phi$	Conteúdo Comunicado
	] (A1): $\Sigma(A1)$ ) $\Phi$	Ato Discursivo
	] (M1): $\Sigma(M1)$ )	Movimento

Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 49)

A camada mais alta do NI é a do **Movimento** (M), “a maior unidade de interação relevante para a análise gramatical” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 51). O conteúdo verbal de um M pode ser considerado como algo que cause ou represente ele próprio uma reação do Falante. É essa característica interacional que define um M, que não

tem forma fixa, podendo variar “do silêncio até um longo trecho de discurso” (op. cit., p. 51). No caso da língua falada, um M pode corresponder aos turnos conversacionais; já no caso da língua escrita, pode corresponder, mas não necessariamente, ao parágrafo ou a períodos oracionais.

Na camada do M, as estratégias são estabelecidas conforme o objetivo da interação em curso, e cada Movimento pode conter um ou mais **Atos Discursivos (A)**, definidos como “a menor unidade identificável da comunicação” (KEIZER, 2015, p. 302). Quando um M é composto por mais de um A, a relação entre eles poderá ser de equipolência ou de dependência. No caso de dependência, a relação entre os atos será indicada por uma função retórica, que diz respeito à forma de ordenação dos componentes linguísticos em um discurso visando à aceitação do ouvinte. As funções retóricas podem ser de Esclarecimento, Orientação, Concessão, Aposição e Motivação. A função Motivação, a princípio, é a única função retórica relevante para o objeto de análise proposto nesta pesquisa, para o estudo dos nexos causais no NI. Esse conteúdo será retomado e desenvolvido no próximo capítulo, na seção intitulada “Relações de causalidade na GDF.”

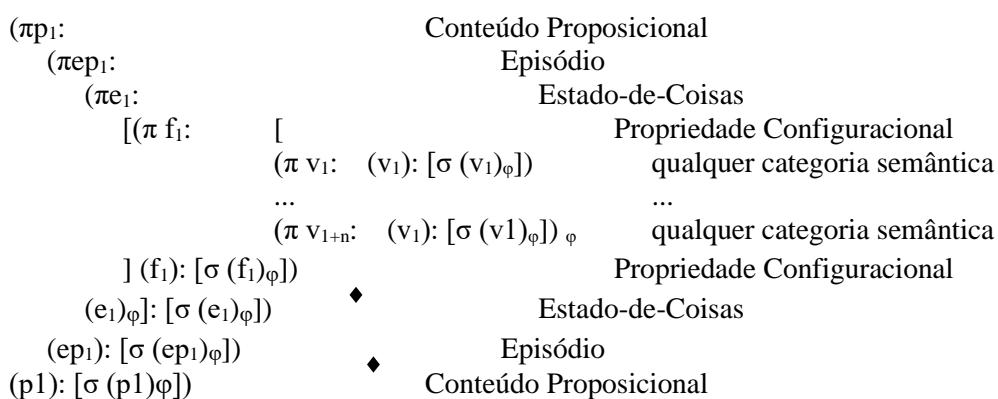
O Ato Discursivo (A), por sua vez, é composto por participantes que se alternam como **Falante (P<sub>I</sub>)** e **Ouvinte (P<sub>J</sub>)**, por uma **Ilocução ILL (F<sub>1</sub>)**, e por um **Conteúdo Comunicado (C)**. Sua representação será feita apenas com os componentes que realmente tenham sido utilizados pelo falante, tendo em vista que os componentes mínimos são o próprio Falante (P<sub>I</sub>) e a Ilocução (F<sub>1</sub>).

Um Ato Discursivo pode conter um Conteúdo Comunicado que veicula a totalidade da informação que o falante deseja comunicar e, por sua vez, contém um ou mais **Subatos**, “assim chamados porque são hierarquicamente subordinados aos Atos Discursivos” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 53). Os Subatos, por evocarem uma propriedade ou uma referência, são classificados como i) Subato de Atribuição (T) e ii) Subato de Referência (R). Os Subatos podem ainda ter funções pragmáticas que concernem à distribuição informacional. A função Tópico sinaliza para o ouvinte que alguma informação dada no Conteúdo Comunicado está relacionada a informações disponíveis no Componente Contextual. A função Foco é atribuída ao Subato que explicita uma informação nova na comunicação; por fim, há a função Contraste (restritivo e expansivo), que visa realçar relações existentes entre Conteúdos Comunicados/Subatos ou entre Conteúdo Comunicado/Subato e informações do Componente Contextual.

## 2.2 Nível Representacional

Enquanto o NI trata do modo como as unidades linguísticas são utilizadas em termos de interação entre falante e ouvinte, o Nível Representacional (NR) trata dos aspectos semânticos de designação utilizados no processo de formulação linguística. Desse modo, as camadas do NR são definidas em termos das categorias semânticas que elas designam, entendidas como “manifestações de categorias ontológicas linguisticamente relevantes específicas de cada língua” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 54). A descrição hierárquica do NR é a mostrada na figura 4 a seguir.

Figura 4: Estrutura hierárquica do Nível Representacional



Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2008, p, 142)

O **Conteúdo Proposicional** (p), que apresenta uma entidade de terceira ordem,<sup>4</sup> é caracterizado como um construto mental que não pode ser localizado nem no espaço nem no tempo, mas que pode ser avaliado em termos dos valores de verdade das proposições. Dessa forma, avaliam-se aspectos como a crença do falante sobre algo, dúvidas, certezas etc.

Um (p) pode conter um ou mais **Episódio** (ep) que, conforme Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 157), consiste em uma unidade linguística composta por um ou mais Estados de coisas (e) que são tematicamente coerentes, no sentido de que mostram unidade ou continuidade de Tempo (t), Localização (l) e Indivíduos (x), mesmo que haja a combinação de tempos verbais diferentes. Um exemplo de episódio pode ser facilmente pensado como uma cena apresentada por uma narrativa e uma sequência de episódios como

<sup>4</sup> A ordem aqui mencionada considera a proposta da GDF (2008) que tem como base os estudos de Lyons (1977). Essa abordagem será melhor explicada na seção 2.3 do Capítulo II.

uma sequência de cenas<sup>5</sup>.

Um **Estado de Coisas** (e) apresenta uma entidade de segunda ordem e pode ser localizado no espaço e no tempo relativo, assim como pode ser avaliado em termos de sua realidade; trata-se de um evento marcado linguisticamente por predicação. Com isso, tem-se que o núcleo de um (e) é sempre uma Propriedade Configuracional (f<sup>c</sup>).

A **Propriedade Configuracional** (f<sup>c</sup>) tem um núcleo não hierárquico. É, portanto, formada por uma Propriedade Lexical (f), e/ou um Indivíduo (x). A Propriedade Lexical (f) é uma entidade de zero ordem e é avaliada em termos de sua aplicabilidade a outra entidade superior. O Indivíduo (x) é uma entidade de primeira ordem, localizável no tempo e no espaço, e pode ser avaliada pela sua existência. A Propriedade Configuracional (f<sup>c</sup>) pode conter ainda outras categorias semânticas que não são classificadas em termos de entidades, mas que são avaliadas em termos de sua função semântica, quais sejam Lugar (l), Tempo (t), Modo (m), Quantidade (q) e Razão (r).

Como exposto, no NR, o tipo de entidade e a existência ou não do traço temporal presente no que é representado por determinado segmento linguístico permite a distinção entre o que é classificado como (e), (p), (x) ou (f). Ainda, a distinção entre entidades e categorias semânticas permite a verificação das funções semânticas, como (l), (t), (m), (q) e (r), que são averiguadas a partir da categoria semântica representada. A função semântica Razão é especialmente importante para a análise do objeto desta pesquisa e será abordada com mais detalhes na seção 2.3 do capítulo II.

### 2.3 Nível Morfossintático

O Nível Morfossintático (NM) é alimentado por conteúdo do NI e do NR, que são considerados “Níveis de entrada” (ou de formulação) e que apresentam informações pragmáticas e semânticas. No NM há a mescla dessas informações superiores em que se formaliza uma representação estrutural, ou seja, se codificam linguisticamente as intenções comunicativas de um falante. Independentemente de os conteúdos da formulação apresentarem paralelismo ou não em suas relações, eles serão codificados morfossintaticamente.

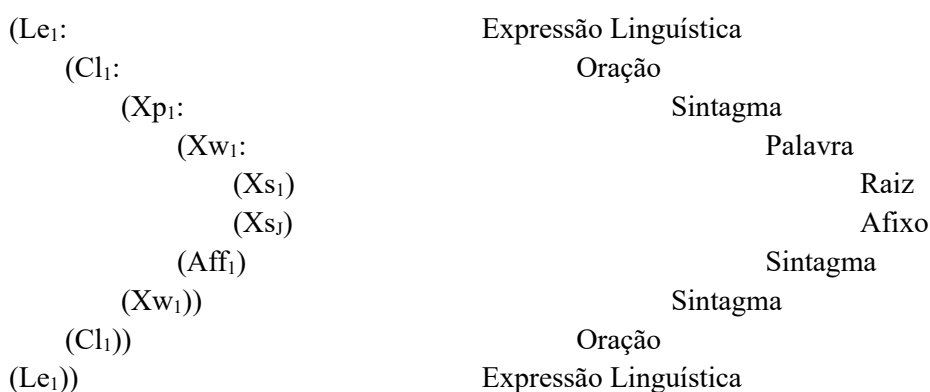
---

<sup>5</sup> Um exemplo de (ep) trazido pelos autores é: “Então Jafa, carregando a cesta, subiu, pegou as bananas e encheu a cesta com elas” (HENGEVELD E MACKENZIE, 2008, p. 158)

A relação entre o NM e os dois Níveis de formulação é governada por três princípios, os de Iconicidade, Integridade de Domínio e Estabilidade funcional.<sup>6</sup> Cada um à sua maneira contribui para maximizar o paralelismo entre as estruturas, aumentando assim a transparência e a interpretabilidade da estrutura linguística.

A camada mais alta do NM é a Expressão Linguística (Le), que é formada por uma ou mais orações (Cl) e/ou por um ou mais sintagmas (Xp), os quais se relacionam morfossintaticamente. As camadas desse nível se organizam hierarquicamente, como mostram suas disposições na figura 5.

Figura 5: Estrutura hierárquica do Nível Morfossintático



Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 59)

A camada da Expressão Linguística (Le) é composta por, no mínimo, uma unidade morfossintática independente. Essas unidades podem ser Orações (Cl) e/ou Sintagmas (Xp). O núcleo de uma Oração é o Sintagma. Uma Expressão Linguística com mais de uma unidade sintática apresenta sintagmas coordenados que podem compor frases ou orações simples e/ou complexas. Os Sintagmas (Xp) possuem como núcleo um item lexical e constituem uma fórmula recursiva de expressão linguística, que contém, ou pode conter, outras construções linguísticas. Assim, Expressão linguística (Le) seria potencialmente composta por uma sequência de palavras (Xw), de outras frases (Xp) ou de cláusulas incorporadas (Cl). Dessas construções linguísticas, destaca-se que o sintagma pode ser

<sup>6</sup> Conforme Keizer (2017), na GDF, a Iconicidade serve para descrever uma relação direta entre função (Formulação) e forma (Codificação), ou seja, entre elementos dos NI e NR, por um lado, e entre unidades do NM e NF por outro. O princípio do Domínio de Integridade demonstra que as unidades de informação que pertencem aos Níveis Interpessoal e Representacional tendem a serem colocadas umas após as outras. Já o princípio da Estabilidade funcional evidencia que as unidades codificadas tendem a serem colocadas em uma mesma posição em relação a outra.

verbal (Vp), nominal (Np), adjetival (Adjp), adverbial (Advp) ou adposicional (Adp). A Palavra (Xw) pode ser lexical ou gramatical e constituir-se de apenas um morfema ou de uma sequência de morfemas, como raízes e afixos.

Deve-se levar em conta que o NM tem seus próprios princípios de organização, que podem ser funcionalmente motivados ou não. Assim, ao dizer que um fenômeno é funcionalmente motivado, entende-se que a relação entre os elementos linguísticos no NM codifica e reflete a intenção do falante e abriga, portanto, seleções estabelecidas pelas escolhas e estratégias linguísticas realizadas nos níveis Interpessoal e/ou Representacional. Esses são casos em que são inseridos na estrutura morfossintática elementos que não são previstos pela estrutura interna do sistema da língua, como alguns marcadores discursivos, por exemplo. Dizer que a organização morfossintática pode não ser motivada significa dizer que uma estrutura apresenta um elemento que é exigido pela regência verbal, nominal ou adjetival; esses são casos que possuem motivação do próprio sistema interno da língua e são regidos pela influência do que se pode chamar de gramática internalizada.

O fato de os elementos linguísticos no NM serem ou não funcionalmente motivados explica parcialmente os sintagmas que atuam dentro do sistema de transitividade e que são exigidos pela regência do verbo, e os sintagmas que não atuam dentro do sistema de transitividade verbal, mas que são inseridos pelo falante na estrutura linguística, a fim de garantir a eficácia da comunicação durante a interação verbal. Essa é uma distinção que será especialmente importante para a descrição morfossintática do fenômeno em análise neste trabalho, conforme se verá no capítulo II, intitulado “Relações de causalidade”..

## **2.4 Nível Fonológico**

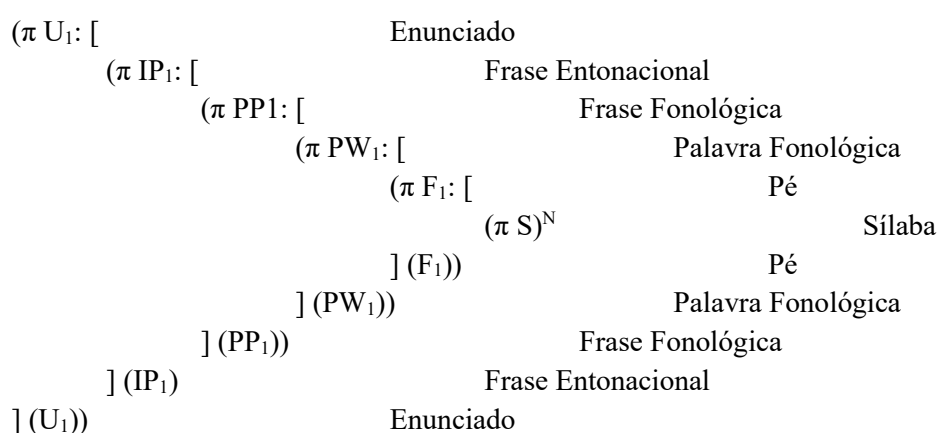
Apesar de o Nível Fonológico (NF) não compor os níveis de análise que serão averiguados neste trabalho, há algumas considerações importantes a serem pontuadas, levando em conta o modelo estrutural da GDF.

O NF, assim como o NM, é um mecanismo de codificação da língua, dentro do componente gramatical da GDF. Dessa forma, considerando a arquitetura descendente da teoria, o NF recebe informações dos outros três níveis, ou seja, o NF codifica aspectos interacionais, pragmáticos, semânticos, sintáticos e morfológicos, acrescentando, ainda, aspectos da codificação que podem não ter sido codificados no NM. O NF é o último

componente gramatical que fornece a entrada das estruturas linguísticas para o componente de saída. Assim, enquanto os níveis de formulação, NI e NR, fornecem a entrada para os Níveis de codificação, NM e NF, é o NF que fornece as informações para o componente de saída.

Do mesmo modo que nos outros níveis, as representações fonológicas também seguem uma representação hierárquica, como se pode observar na figura 6.

Figura 6: Estrutura hierárquica do Nível Fonológico



Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 59)

O **Enunciado** ( $U_1$ ) é a maior unidade de discurso que o NF engloba e é formado por uma ou mais Frases Entonacionais. A **Frase Entonacional** ( $IP_1$ ) é marcada por um núcleo que corresponde à tonicidade de uma ou mais sílabas, o que é essencial para sua interpretação. A **Frase Fonológica** ( $PP_1$ ) contém uma sílaba com tonicidade maior e é considerada como o ponto principal para a subida ou a descida da Frase Entonacional. Essas alterações prosódicas de tonicidade são responsáveis por marcar distinções lexicais e/ou de ilocução (como por exemplo, a ilocução interrogativa em português, que possui uma subida de tonicidade), assim como a Palavra Fonológica ( $PW_1$ ), para as línguas que possuem esse tipo de codificação. A camada seguinte é o **Pé** ( $F_1$ ), que é formada por uma **Sílaba**  $(\pi S)^N$ . A Sílaba possui o máximo de três partes, um ataque (parte inicial), um núcleo e uma coda (parte final), e o mínimo de uma parte, o núcleo. A formação das sílabas, considerando-se a presença ou a ausência e a composição de suas partes, varia de língua para língua.

O nível fonológico pode apresentar muitos segmentos que não são codificados no NM, e sua codificação pode ser essencial para codificar estruturas linguísticas dos níveis da

formulação. No entanto, pelo fato de o corpus deste trabalho utilizar tanto a língua escrita quanto a língua falada, e por se considerar que as análises possíveis nos outros três níveis sejam suficientes para demonstrar o que se pretende com esta pesquisa, o NF não será utilizado nas análises, exceto em possíveis comentários como pausas que podem marcar o início e o término de um enunciado que possa corresponder a Atos Discursivos e Ilocuções bem marcadas, a fim de corroborar as análises.

## **2.5 A abordagem teórica e o sintagma *por+substantivo***

Após essa breve apresentação da GDF, é possível afirmar os motivos pelos quais as bases teóricas desse modelo de gramática podem ser consideradas especialmente adequadas para a análise do tipo de fenômeno objeto da presente investigação.

Inicialmente, pretende-se comprovar a multifuncionalidade do sintagma *por+substantivo* na expressão da causalidade, o que poderá ser feito por meio da análise estratificada em níveis de atuação desse sintagma. A hipótese que se pretende comprovar é a de que cada valor causal pode ser caracterizado a partir do nível e da camada em que a unidade que eles constituem atua. Mais ainda, espera-se que a expressão interpessoal ou semântica da causalidade seja igualmente responsável por diferentes graus de dependência do SPpc na relação causal. Para demonstrar a adequação do modelo a esses objetivos, serão discutidos, no Capítulo 2, aspectos cognitivos e descritivos do conceito de causalidade, com destaque para a abordagem da GDF.



### 3. CAPÍTULO II: RELAÇÕES DE CAUSALIDADE

Tendo em vista que a causalidade envolve aspectos cognitivos e conceituais presentes na relação entre a língua e a representação de fatos no mundo, este capítulo traz, na seção 3.1, algumas breves considerações sobre aspectos cognitivos da relação de causalidade relevantes para a análise da sua expressão por meio do SPpc; na seção 3.2, alguns aspectos da sua descrição encontrados nas gramáticas tradicionais e, na seção 3.3, a descrição do seu funcionamento segundo a GDF. Ao final do capítulo, na seção 3.4, é apresentada uma síntese dos aspectos teóricos desta seção que serão mais relevantes para a análise dos SPpc aqui pretendida.

#### 3.1 ASPECTOS COGNITIVOS DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE

Para a expressão da causalidade, basta haver acontecimentos de um mundo físico ou imaginário que sejam relacionados causalmente por diferentes meios linguísticos, desde construções sintagmáticas, como em (10), até construções oracionais absolutas (11), justapostas (12), coordenadas (13) ou subordinadas (14):

- (10) Seguiu emocionado até o final da partida. Quando foi aplaudido, chorou *de alegria*. (CP-NOW)
- (11) [O custo da energia] é o dobro ou o triplo do custo de alguns concorrentes internacionais, apesar de o custo de geração médio brasileiro ser um de os menores do mundo, graças à predominância de fontes hidroelétricas. *A razão disso é* o ineficiente modelo de regulação. (BR-NOW)
- (12) *Impedido de assumir o cargo*, o chef registrou um boletim de ocorrência na 78ª DP (Jardins) contra a atual administração de o condomínio Baronesa de Arary. (CP-NOW)
- (13) O motor da jangada quebrou, não aguentou o peso de a embarcação. (CP-NOW)
- (14) O motor da jangada quebrou porque não aguentou o peso de a embarcação. (CP-NOW)

Esses diferentes meios de expressão se devem ao fato de que a causalidade pode ser percebida pelo indivíduo por meio de inferências pragmáticas e/ou semânticas proporcionadas por itens lexicais, como verbos e substantivos com valor semântico de causa (como *motivo*, *razão*, etc.), assim como por marcas sintáticas apropriadas (conectivos como

*pois, porque* etc.). Para Maat e Sanders (2000), há uma possível causalidade subjacente aos eventos do mundo e a forma de expressão dessa causalidade fica a critério do falante, uma vez que há diferentes usos lexicais e construções sintáticas dos quais um falante de uma língua natural se utiliza para relacionar eventos ou conceitos de forma causal.

Meyer (2000, p. 25-30), por sua vez, descreve a causalidade no âmbito cognitivo como um dispositivo importante para a criação de relevância no discurso. A causalidade é vista por ele como um princípio, entre vários, de organização do texto, e a percepção da causalidade, expressa por um falante a um ouvinte por meio de uma expressão linguística, é algo que envolve questões cognitivas, culturais e sociais. Dessa forma, para esse autor, a causalidade é uma representação cognitiva que tem em vista mais os aspectos social, pragmático e discursivo do que os eventivos, que visam relacionar estados de coisas.

Para Baker e Hengeveld (2010), a interface entre o conhecimento de mundo e o conhecimento linguístico do falante se estabelece por meio do conhecimento do vocabulário que o falante possui. Esse conhecimento vocabular constitui o léxico mental do falante, que relaciona esse arcabouço lexical por meio de nós (*nodes*) e cadeias (*strings*) que formam uma rede (*network*). Nessa rede, as conexões entre o conteúdo dos itens lexicais armazenados na mente do falante podem ocorrer por meio de semelhanças semânticas ou sonoras, que vão trazendo à mente do falante seu léxico armazenado. Essa ativação na rede resulta no que os autores denominam de “propagação da ativação”, processo que permite a compreensão e o reconhecimento de palavras apresentadas ao final de um conteúdo informacional, mesmo que nenhuma menção anterior tenha sido feita a elas durante o discurso (BAKER; HENGEVELD, 2010, p. 27-28). Com isso, entende-se que, em uma ocorrência como

(15) Quero pedir desculpas *por meu silêncio*. (CP-W/D)

o SPrep apresenta uma causalidade subjacente que é perceptível por traços cognitivos, semânticos e pragmáticos do ato de “desculpar”, presentes no item lexical “desculpas”, que ativa uma rede e suas conexões. Nota-se que o SPrep iniciado pela preposição *por* continuaria apresentando o motivo pelo qual se está pedindo desculpas, mesmo alterando os outros termos que o constituem, como em

(15a) Quero pedir desculpas *por meu descuido*. (adaptado)

(15b) Quero pedir desculpas *por minha ausência*. (adaptado)

Fato similar ocorre em (16), em que o SPrep é composto por uma locução que estabelece uma causalidade que pode ser considerada resultado de uma ativação da palavra “causa” que compõe o SPrep.

(16) Soube que ele teve um bate-boca danado com o Dr. Quinca do Engenho Novo, *por causa do Capitão Antônio Silvino*. (CP-G/H))

Assim, “soube” ativa a informação contida na oração subordinada, a qual é modificada pelo SPrep que atribui a causalidade para “ter um bate-boca com alguém”. No entanto, a informação do SPrep, diferentemente de (15), não faz parte da estrutura que se pode denominar, aqui, “rede inicial”, que diz respeito à construção oracional subordinada “soube > disso”, mas é inserida pelo falante e reconhecida pelo ouvinte como causalidade por meio da locução prepositiva composta por um nome com léxico causal - “soube disso” e “isso aconteceu por causa de”.

Casos ainda mais específicos podem ser observados em

(17) *Aí, por insistência do Franklin*, resolvemos levar o embaixador para a casa da nossa imprensa clandestina. (CP-G/H)

em que a locução prepositiva, e por extensão o SPrep, não se constitui como um léxico ativado apenas por outro item lexical, mas uma informação ativada por todo um conteúdo informacional. Há um funcionamento cognitivo, semântico e informacional que compõe a “rede”, constituída por conexões que são ativadas pelo léxico, e, nesse sentido, compreende-se a importância do item lexical na formulação realizada pelo falante e na compreensão das informações por parte do ouvinte, mas não se descarta a importância da participação da locução prepositiva ou de preposições nessa rede, uma vez que podem apresentar papel fundamental na composição do SPrep como estabelecendo uma relação de sentido causal para a informação transmitida. Do mesmo modo que um SPrep composto por uma locução prepositiva é capaz de estabelecer uma causalidade, um SPrep simples também o é, porque a preposição, embora não seja vista com um item lexical, pode apresentar valor semântico. Bechara (2010, p. 290), ao tratar das preposições em língua portuguesa, esclarece que “tudo na língua é semântico” e que “as preposições não fazem exceção a isso”. Para exemplificar essas relações semânticas das preposições, basta considerar construções como as seguintes, que apresentam relações semânticas de causa (18) e modo (19) não por uma questão de regência, mas por questão da escolha da preposição.

- (18) Gullar, *por problemas pessoais* com o Ministério da Cultura do Brasil, que se dispôs a patrociná-lo, não aceitou e teve de pedir a passagem ao Festival. (CP-G/H)
- (19) Gullar, *com problemas pessoais* com o Ministério da Cultura do Brasil, que se dispôs a patrociná-lo, não aceitou e teve de pedir a passagem ao Festival. (adaptado)

As noções de causalidade subjacente, de acordo com Maat e Sanders (2000), de causa como um princípio de organização textual e relevância discursiva, conforme Meyer (2000), e de ativação da rede de conexões entre os conteúdos lexicais da mente de um falante, conforme Baker e Hengeveld (2010), permitem concluir que as relações de causalidade são estabelecidas tanto lexicalmente quanto por elementos conectivos, e decorrem de inferências semânticas e pragmáticas. O sintagma *por* + *substantivo* atua nessa “rede de causalidade”, assumindo diferentes funções, conforme se constitua ou não por um substantivo com valor semântico de causa. A análise dessa multifuncionalidade de *por* + *substantivo* torna-se ainda mais complexa quando se considera que apenas o conteúdo lexical pode não ser suficiente para estabelecer uma relação de causalidade, como se pretende discutir no Capítulo V.

Para além do conteúdo lexical, Baker e Hengeveld (2010) explicam que é necessário que o falante também tenha habilidades cognitivas, e não apenas a capacidade de armazenar e relacionar esse léxico. Essa capacidade cognitiva envolve três fatores, a saber: “(i) conhecimento do sistema linguístico (competência linguística), (ii) conhecimento de mundo e (iii) conhecimento de como usar a língua em diferentes situações (competência comunicativa)” (BAKER; HENGEVELD, 2010, p. 32).

Esses aspectos cognitivos são especialmente relevantes para este trabalho, uma vez que a cadeia de relações semânticas, dentre as quais destacamos as relações causais, pode ser ativada por meio do léxico e por meio de inferências que podem ser semântica e/ou pragmaticamente motivadas. Esses conceitos facilitam a descrição e a compreensão de uma construção como (20) permitir aos falantes inferirem que a causa/motivo da ida ao retiro vocacional foi a curiosidade de alguém, e saberem que “curiosidade” não é um lugar para onde se foi ou um meio pelo qual se foi a algum lugar - complementos mais esperados para o verbo ir.

- (20) minha mãe me convidou para participar de um retiro vocacional em a minha paróquia. Eu fui *por curiosidade*. (CP-W/D)

Para Baker e Hengeveld (2010, p. 47), esse acontecimento relacional em rede é pré-linguístico e fornece os conceitos necessários que guiam a construção linguística, ou ainda, que guiam a formulação e a codificação linguística – que, na GDF, ocorrem no componente

gramatical. Para esses autores, “o primeiro passo na formulação gramatical é a ativação das palavras certas, sendo que cada palavra traz em si seus próprios significados e propriedades sintáticas. Ao combiná-las, o falante é capaz de construir e formular sua fala”.<sup>7</sup> Portanto, percebe-se que a relação de causalidade pode se concretizar tanto na fase de formulação quanto na de codificação das expressões linguísticas e envolve conhecimento de mundo, conhecimento do léxico da língua e o conhecimento de como usar as estruturas linguísticas que cada falante possui.

Sweetser (1990) explica que uma interpretação correta das construções causais não depende da forma, mas de uma escolha pragmaticamente motivada para a consideração das construções como representações de unidades de conteúdo, entidades lógicas ou de atos de fala. Daí a atribuição do relevo à intenção comunicativa do falante. Linguisticamente, o que se compreende como uma relação de causa poderia ser visto como um construto linguístico que representa fatos e coisas possíveis em um mundo real ou imaginário, podendo a relação de causa envolver eventos físicos e/ou fatos, ou envolver crenças do falante.

De acordo com Sweetser (1990), é possível estabelecer, então, três domínios de causalidade em que o evento ocorre: domínio do conteúdo, domínio epistêmico ou domínio dos atos de fala. No domínio do conteúdo, a causalidade diz respeito a um estado de coisas que causa outro estado de coisas sem a intervenção de uma entidade com traço + volitivo, tendo o evento, portanto, entidades com traço - volitivo, o que denota que não houve uma escolha ou uma intenção na ou para a causa do evento causado. No domínio epistêmico, a causalidade é resultado do raciocínio de um falante que relaciona dois eventos causalmente por entender que há uma causalidade entre os eventos. No domínio dos atos de fala, são considerados os fatores pragmáticos e não de raciocínio do falante para que se considere uma relação de causalidade entre os eventos.

Os três domínios de causalidade definidos por Sweetser (1990) são também mencionados por Maat e Sanders (2000) que, a partir da análise de três conjunções causais do holandês, concluem que essa tipologia de domínios deve ser observada como hipótese para pesquisas empíricas, mas que não são específicos o bastante para explicar os diferentes significados e usos destas conjunções. Esses autores propõem que, para dar conta da tipologia da causalidade, uma distinção do tipo [+/-volitivo] pode ser tão fundamental como

---

<sup>7</sup> No original: *the first step in grammatical encoding is to activate the right words. Each word brings along its own meanings and syntactic properties. By combining these, the speaker is able to construct and formulate the structure of the utterance.*

aquela entre domínio de conteúdo e domínio epistêmico uma vez que “é preciso determinar se a relação diz respeito a um motivo para uma ação intencional ou não” (MAAT; SANDERS, 2000, p. 63).<sup>8</sup>

Esses linguistas chamam a atenção para a importância de se considerar a volição ou a não volição existentes entre as relações nos diferentes domínios e acrescentam às relações causais, além da “causalidade epistêmica”, “de conteúdo” e “de atos de fala”, uma “causalidade volitiva”. No entanto, Maat e Sanders (2000, p. 64) também esclarecem que tanto a causalidade epistêmica quanto a volitiva envolvem um sujeito animado, uma pessoa, cuja intencionalidade é conceituada como a fonte última do evento causal, seja um ato de raciocínio ou uma atividade realizada no mundo. Dessa forma, para este trabalho, embora se reconheça a importância da volição nas relações causais, ela não será considerada um quarto domínio, mas será reconhecida enquanto um critério de análise da relação causal.

### 3.2 AS EXPRESSÃO DA CAUSALIDADE NA GRAMÁTICA TRADICIONAL

A literatura gramatical tradicional em língua portuguesa seleciona e organiza as relações de causa de diferentes formas. Não é a intenção, aqui, discutir a validade ou não das diferentes nomenclaturas de construções de causa, como no caso de uma oração subordinada adverbial de causa e questões de hipotaxe.

Inicialmente, é importante lembrar que, nas gramáticas tradicionais, não há uma preocupação efetiva com os fatores cognitivos das relações causais, mas há uma preocupação em selecionar e apresentar construções linguísticas que expressem causalidade por meio de construções oracionais prototípicas. As relações de causalidade reconhecidas são causa e explicação – essa afirmação pode ser verificada por meio de consultas a gramáticas brasileiras como as de Bechara (2010), Cunha e Cintra (2006), Cegalla (2008), entre outras.

A gramática tradicional apresenta construções que podem ser conjuncionais ou relacionais, que seriam as construções oracionais, desenvolvidas e reduzidas ou não oracionais ligadas por preposição, como as construções oracionais justapostas e os adjuntos adverbiais não preposicionados.

Ao observar a seguinte definição de Cegalla (2008, p. 375): “As orações coordenadas explicativas não devem ser confundidas com as subordinadas adverbiais causais: estas exprimem

---

<sup>8</sup> No original: we need to determine whether the relation concerns a reason for an intentional action or not.

a causa de um fato, aquelas dão o motivo, a explicação da declaração anterior”, percebe-se que tal explicação, embora correta, mostra-se vaga, uma vez que não fica clara a diferença entre o que é uma causa e o que é uma explicação. Na sequência, o autor apresenta dois exemplos:

(21) João está triste *porque perdeu o emprego*. (adverbial causal - Cegalla, 2008, p. 376)

em que “a perda do emprego” é a causa da “tristeza de João” e

(22) A criança devia estar doente, *porque chorava muito*. (oração explicativa - Cegalla, 2008, p. 376),

em que o autor alega que o “choro da criança” não podia ser a causa de sua doença.

A essas explicações, o gramático acrescenta a seguinte informação: “Note-se também que há pausa (vírgula, na escrita) entre a oração explicativa e a precedente e que esta é, muitas vezes, imperativa, o que não acontece com a oração adverbial causal” (CEGALLA, 2008, p. 376). No entanto, apesar desse esclarecimento, a dúvida entre *causa* e *explicação* tende a permanecer, uma vez que o uso da vírgula antes de uma adverbial causal é facultativo em muitos casos e nem sempre há o uso do imperativo nas orações explicativas.

Como construções aqui denominadas de relacionais que podem expressar causalidade, a gramática considera as orações adverbiais reduzidas de gerúndio, particípio e infinitivo, respectivamente, como em

(23) *Vendo este os seus maltratados*, mandou disparar algumas bombardas contra os espingardeiros. (BECHARA, 2010, p. 401);

(24) *Irado o infante com as injúrias* que lhe tinham dito, mandou enforcar uns e degolar outros... (BECHARA, 2010, p. 402)

(25) ... é tão desairoso falar um homem a sua língua mal, sob o pretexto de que ela é difícil, como tirar as botas num salão *por lhe doerem os calos*. (BECHARA, 2010, 398)

A relação de causalidade ainda pode também ocorrer em orações justapostas, como em

(26) Não se ouvia nada, *tamanho era o barulho*. (CEGALLA, 2008)

ou ainda, por meio de adjuntos adverbiais, mediante uma relação intraoracional, como em

(27) *Por que* lhes dais tanta dor?! (CUNHA; CINTRA, 2006, p. 112) ou

(28) Não lhe telefonei *por esquecimento*. (CEGALLA, 2008, p. 403).

Essas construções são relacionais e não conjuncionais porque as orações são ligadas por

preposição e não por conjunção.

Tendo esses exemplos em vista, não fica clara a distinção tradicional da classificação morfossintática dos termos *conjunção* e *preposição*, visto que preposição é definida como “palavra invariável que liga um termo dependente a um termo principal, estabelecendo uma relação entre ambos (CEGALLA, 2008, p. 678) e conjunção, como uma “palavra invariável que liga orações ou palavras da mesma oração” (CEGALLA, 2008, p. 299) – com a diferença de que as conjunções podem ser coordenativas ou subordinativas. No entanto, essa distinção não se mostra suficiente, uma vez que, em língua portuguesa, observa-se a ocorrência de preposições que ligam orações, como é o caso de *por*:

(29) Critica-se muito os tecnocratas, *por constituírem um mundo à parte*. (CP-G/H).

Assim, embora a gramática tradicional cumpra sua finalidade de descrever e normatizar, ela deixa lacunas que envolvem a relação entre a linguagem, o mundo e o falante, sendo essa relação algo de extrema importância para a compreensão da comunicação, bem como para sanar problemas relativos à aprendizagem de língua portuguesa. Considerações aparentemente simples continuam merecendo atenção, como o fato de a preposição *por* continuar recebendo a classificação morfológica de preposição, mesmo quando está funcionando como conjunção, ligando duas orações, ou ainda, o fato de grande parte dos adjuntos adverbiais, mesmo quando formado por sintagma preposicionado, ser classificada como sintagmas adjetivais ou adverbiais. Casos como esses já foram investigados por Givón (2012), por exemplo, que questiona a classificação dos tipos de sintagmas e o cruzamento de critérios morfológicos, sintáticos e semânticos que se mostram ineficientes.

Questões como essas interessam a esta pesquisa, não pela discussão sobre a classificação morfossintática da preposição ou do sintagma, mas por colocarem em evidência o estatuto lexical ou gramatical dessas preposições ou, sobretudo, das locuções prepositivas, como em “por causa de”, que é considerada locução prepositiva pela gramática tradicional, mesmo que ela relacione duas orações, ou seja, parece que o simples fato de unir orações não é o suficiente para que se caracterize um elemento linguístico como conjuntivo ou prepositivo. Portanto, afirmar que uma locução prepositiva é um item gramatical, dada sua classificação ou composição morfossintática, parece algo muito simplista, uma vez que esses termos podem apresentar diferentes funcionamentos semânticos, e, nesses casos, não deveriam ser considerados apenas itens gramaticais. É preciso reconhecer que as relações



semânticas - no caso deste trabalho, as relações de causalidade – podem ser marcadas linguisticamente, mas elas envolvem questões ontológicas e cognitivas que são assim marcadas, e não o contrário. Em outras palavras, pode-se criar uma relação entre elementos de um mundo real ou imaginário por meio de recursos linguísticos, mas essas relações também podem ocorrer/existir independentemente do uso linguístico que se faça de conjunções (como *porque, pois, etc.*) ou de conteúdos lexicais (como *causar, motivo, etc.*), conforme discutido neste capítulo.

As abordagens funcionalistas dos fenômenos linguísticos podem preencher as lacunas existentes na gramática tradicional, na medida em que, não desconsiderando os aspectos cognitivos, apresentam uma descrição integrada dos aspectos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos envolvidos na expressão da relação de causalidade. Na seção seguinte, apresenta-se a abordagem da GDF para esse fenômeno.

### 3.3 AS RELAÇÕES DE CAUSALIDADE NA GDF

Antes de se iniciar a apresentação do modo como a relação de causalidade é tratada na GDF, cabe esclarecer a distinção entre causalidade e causatividade. A causalidade é entendida, nos estudos funcionalistas, sobretudo de Neves (1999, 2001), como a relação de causa-efeito ou causa-consequência entre eventos ou entre proposições e atos de fala. Já o termo causatividade denota a função semântica do argumento envolvido na causação do evento expressa pelo verbo causativo.

Apesar de se reconhecer a distinção recoberta pelos dois conceitos, para os propósitos deste trabalho, que objetiva descrever o funcionamento dos SPpc, o conceito de causalidade será entendido para abarcar tanto a relação de causa-efeito ou causa-consequência entre eventos como a relação entre as entidades da predicação marcada pela função semântica de causativo,<sup>9</sup> uma vez que o SPpc pode atuar nessas duas relações.

Como já apontado no Capítulo I, a perspectiva teórica da GDF se mostra capaz de organizar os critérios linguísticos e extra-linguísticos na expressão de relações semânticas e interacionais por meio de sua arquitetura descendente, organizada em níveis e camadas. Alguns estudos abordam as relações de causa em língua portuguesa a partir desse modelo de

---

<sup>9</sup> Função causativo aqui entendida como papel semântico que integra uma predicação e que se distingue, portanto, do conceito de causatividade ou construções causativas.

gramática (SPOSITO, 2009; SPOSITO, 2012; MARQUES; PEZATTI, 2015; SPOSITO, MARQUES E PEZATTI, 2016); no entanto, sempre priorizando o âmbito oracional. As distinções de causalidade que são consideradas nesses trabalhos são motivação, explicação, causa e razão. Assim, as relações de causalidade que serão apresentadas a seguir situam-se no nível da relação entre orações, mas são de extrema relevância para o estudo que se propõe aqui no nível sintagmático das expressões linguísticas.

### 3.3.1 A causalidade no Nível Interpessoal

No NI, a relação de causalidade é marcada linguisticamente por meio da *Função Retórica Motivação*. Conforme Hengeveld e Mackenzie (2008), essa função é uma estratégia do falante que visa direcionar seu ouvinte em relação à mensagem que ele deseja transmitir, que ocorre por meio de dois Atos Discursivos sucessivos, em que um é o Ato nuclear e o outro é o Ato subsidiário e que objetiva alertar/convencer o ouvinte sobre algo. A relação de motivação será sempre expressa pelo conteúdo do Ato subsidiário, cuja informação apresenta a motivação do falante em enunciar o conteúdo presente no Ato nuclear. Outro aspecto importante considerado pelos autores é a ordenação do Ato subsidiário em relação ao Ato nuclear quando há o uso de conjunções que estabelecem a relação de dependência entre os Atos. Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 53 e 54) utilizam os seguintes exemplos:

(30) Cuidado, *porque* haverá perguntas complicadas no exame.<sup>10</sup>

(M<sub>I</sub>: [(A<sub>I</sub>: -cuidado- (A<sub>I</sub>)) (A<sub>J</sub>: -haverá perguntas complicadas no exame: (A<sub>J</sub>)) Motiv.] (M<sub>I</sub>))

(31) Haverá perguntas complicadas no exame, então cuidado.<sup>11</sup>

(M<sub>I</sub>: [(A<sub>I</sub>: -haverá perguntas complicadas no exame- (A<sub>I</sub>)) Motiv (A<sub>J</sub>: cuidado (A<sub>J</sub>))] (M<sub>I</sub>))

A presença da conjunção, em (30), indica que a motivação está no Ato subsidiário, iniciado por *porque*, que segue o ato nuclear. Já em (31), os autores ressaltam que a relação de dependência entre os atos está construída em outra direção. O ato nuclear iniciado pelo conector *então* é precedido pelo ato subsidiário que indica a motivação. Os autores salientam que a realização das Funções Retóricas é dependente da posição que os atos ocupam dentro do Movimento: “se a motivação precede o Núcleo, a realização por meio de *porque*

<sup>10</sup> Watch out, because there will be trick questions in the exam

<sup>11</sup> There will be trick questions in the exam, so watch out.*m*

(*because*) é impossível; e a marcação do Núcleo por *então* (*so*) é possível apenas se ele seguir a Motivação.”<sup>12</sup> (HENGEVELD; MACKENZIZE, 2008, p. 54), como se vê em:

(30a) ?Porque haverá perguntas complicadas no exame, cuidado.<sup>13</sup>

(31a) ?Então cuidado, haverá perguntas complicadas no exame.<sup>14</sup>

Note-se que, quando os Atos nucleares ocorrem após os Atos subsidiários, a relação entre eles é alterada, e o Ato subsidiário deixa de apresentar uma motivação para a realização do Ato nuclear.<sup>15</sup> Os autores também chamam a atenção para o fato de que, muitas vezes, os Atos subsidiários podem ser confundidos com modificadores, mas, para esses casos, é importante observar que há línguas que apresentam conjunções subordinativas específicas, como é o caso da língua portuguesa. Todavia, os autores não declaram explicitamente que a função retórica Motivação ocorre apenas mediante Atos que se relacionam por meio de conjunção, embora todos os exemplos utilizados apresentem essa característica. Antes, os autores iniciam dizendo que esse tipo de estratégia é implementado pelo falante por meio de dois Atos Discursivos sucessivos, com uma Ilocução própria. Acerca dos Atos Discursivos, como mencionado em outros momentos deste trabalho, trata-se de uma unidade mínima de comunicação, a qual não precisa ser uma *oração*.

Duas observações importantes para o desenvolvimento desta pesquisa podem ser derivadas dessas afirmações de Hengeveld e Mackenzie (2008). A primeira diz respeito à configuração morfossintática dos Atos envolvidos em uma relação de causalidade. Ainda que os autores não mencionem explicitamente a expressão não-oracional das Funções Retóricas, elas podem ser descritas em consonância com a descrição oracional dessas funções, como pretendemos demonstrar nesta pesquisa, na medida em que os Atos Discursivos são definidos pela sua função interpessoal e não pela sua constituição morfossintática. A segunda observação diz respeito ao nível de atuação das construções de causalidade. Como apontam Abreu, Pezatti e Marques (2016), em estudo sobre as relações de causalidade em língua portuguesa sob a perspectiva da GDF, há ocorrências de

---

<sup>12</sup> If the Motivation precedes the Nucleus, realization by *because* is impossible; and marking of the Nucleus by *so* is possible only if it follows the Motivation:

<sup>13</sup> \*Because there will be trick questions in the exam, watch out.

<sup>14</sup> \*So watch out, there will be trick questions in the exam.

<sup>15</sup> É importante observar que a inadequação da ordem nos exemplos oferecidos pelos autores é mais evidente na língua inglesa; na língua portuguesa, essas duas ordens ainda seriam possíveis em contextos específicos, mas, nesse caso, a relação expressa não é a de Função Retórica de Motivação, mas sim a função semântica de explicação, razão ou causa.

construções causais conjuncionais que, embora sejam expressas por meio de Atos Discursivos, a relação de causalidade não se estabelece no NI, mas no NR. As autoras ilustram essa possibilidade com a seguinte ocorrência:

(32) A gente levava altos pitos da minha mãe, não é? *porque a gente ficava dando risada da minha vó.* (ABREU; PEZATTI; MARQUES, 2016, p. 77)

As autoras explicam que, embora as orações envolvidas em (32) correspondam, no Nível Interpessoal, a Atos Discursivos (separados, inclusive, por um ato discursivo de natureza interativa – “não é?”), a relação causal se estabelece no nível representacional, entre dois estados de coisas. É a ocorrência do estado de coisas “a gente ficar dando risada da vó” que desencadeia o estado de coisas “a gente levar altos pitos da mãe”, ou seja, não é possível afirmar que o fato de dois Atos Discursivos estarem envolvidos (em uma relação em que um é subsidiário e o outro, nuclear) seja suficiente para determinar o nível em que a relação de causa se manifesta, se no NI ou no NR.

Ressalta-se que as informações apresentadas nesta seção decorrem de análises e estudos que foram realizados considerando segmentos linguísticos oracionais relacionados por meio de conjunções. No entanto, uma vez que a GDF considera as construções linguísticas nos diferentes níveis por meio da recursividade sintagmática, independentemente do tipo de sintagma, se preposicionado, verbal, nominal etc., argumenta-se que esses pressupostos teóricos sejam aplicáveis aos sintagmas em estudo nesta pesquisa.

A seção seguinte trará a manifestação da causalidade no nível das relações semânticas, o Nível Representacional.

### 3.3.2 A causalidade no Nível Representacional

As relações de causalidade no Nível Representacional são as que se mostram mais recorrentes na literatura teórica da GDF. Conforme Hengeveld e Mackenzie (2008), as relações de causalidade, neste nível, são de *explicação, razão e causa*, com a distinção de *razão* como Propriedade Configuracional ou como categoria semântica Razão. Essas relações consideram aspectos linguísticos para representação do mundo extralinguístico e aspectos semânticos de designação e significado.

Abreu, Pezatti e Marques (2016) apresentam, de forma bastante detalhada e objetiva, as relações de causalidade em língua portuguesa, sob a perspectiva da GDF. As autoras

definem a relação de causalidade *explicação* como “ocorrências em que um estado de coisas justifica um conteúdo proposicional expresso na oração principal” (ABREU, PEZATTI E MARQUES, 2016, p. 132), ilustrando essa relação com a seguinte ocorrência:

(33) Eu acho que estamos a levantar uma nova mentalidade, não é, *porque... já começamos a perceber as coisas.* (*op. cit.*, p. 132)

Já a relação *causa* é definida pelas autoras como aquela que “indica que o evento expresso na oração dependente desencadeia a ocorrência do evento expresso na oração principal, sem que haja qualquer envolvimento intencional de uma entidade agentiva” (ABREU, PEZATTI E MARQUES, 2016, p. 134).

(34) Escureceu muito rapidamente e isso aconteceu *porque estava ameaçando chuva.* (*op. cit.*, 134)

Em outros termos, a relação de *causa*, portanto, entre segmentos linguísticos, ocorre no domínio do conteúdo, conforme Sweetser (1990), ou como causa efetiva, de acordo com Neves (2001).

Acerca da relação *razão*, Abreu, Pezatti e Marques (2016) explicam que ocorre o inverso do que acontece na relação *explicação*, ou seja, enquanto a *explicação* apresenta uma justificativa para um conteúdo proposicional, atuando como modificador de conteúdo proposicional, a *razão* apresenta um conteúdo proposicional que modifica um estado de coisas. Nesse sentido, é possível relacionar a *razão* ao domínio epistêmico de Sweetser (1990). Um exemplo fornecido pelas autoras consta em

(35) E muitas vezes na tradição africana, as pessoas usam mesmo, eh, pulseiras, e *porque acreditam em qualquer coisa de mágica.* (ABREU, PEZATTI E MARQUES, 2016, p. 128)

Dessa forma, a *razão* “constitui, portanto, a função exercida por uma oração que apresenta um pensamento que leva um agente humano a agir de determinada forma” (ABREU, PEZATTI E MARQUES, 2016, p. 134).

Acerca da *razão*, é importante destacar que Hengeveld e Mackenzie (2008) demonstram a ocorrência dessa relação como modificador ou como uma propriedade. Assim, a *razão* pode ser um modificador de estado de coisas, como em (35) ou uma propriedade, como em (36):

(36) Ontem, a chuva causou um acidente. <sup>16</sup> ((HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 141)

em que não há um modificador de estado de coisas, mas um item lexical que estabelece uma relação entre dois estados de coisas como causal, atuando como uma “propriedade” e não como uma categoria semântica. Esse uso se difere da categoria semântica no sentido de que, quando *razão* é uma categoria semântica, ela pode ser considerada como um “tipo especial de conteúdo proposicional” que orienta uma determinada ação humana, como em (35) e, quando atua como uma propriedade, ela é um constituinte lexical de valor de natureza semântica causal dentro da estrutura semântica da expressão linguística, como em (36), e não um termo dependente ou independente da/na predicação. Nesse sentido, é importante destacar que o exemplo em (36) denota uma relação de causatividade, ao passo que a relação em (35) denota um exemplo de causalidade.

Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 850) ressaltam que o vocábulo *razão* (ao qual, em língua portuguesa, pode-se acrescentar *motivo* etc.), pode ser utilizado como centro léxico de uma propriedade configuracional. Há também o fato de que operadores e quantificadores podem se aplicar a *razões*, com funções textuais, como em

(37) Líderes de consórcios que não chegaram a apresentar propostas para essas áreas apresentaram *três razões*: baixa densidade populacional, poder aquisitivo restrito e dispersão geográfica. (CP-G/H)

Como se vê, a *razão* pode ser uma propriedade e ocorrer na camada da propriedade configuracional com núcleo configuracional (36) ou com núcleo lexical (37).

Em suma, no Nível Representacional, a causalidade pode ser expressa por meio das relações de causalidade de explicação, razão e causa e, segundo pretendemos mostrar, essa relação pode ser manifestar também por meio de SPpc.

### 3.3.3 A causalidade no Nível Morfossintático

O Nível Morfossintático, NM, é responsável por codificar as construções da formulação para a gramática das línguas. No caso da língua portuguesa, Abreu, Pezatti e Marques (2016) consideram que a função retórica Motivação, do NI, será codificada no NM

---

<sup>16</sup> ‘Yesterday the rainfall caused an accident.’

como um processo de coordenação. Já as relações da causalidade do NR, são codificadas como segmentos subordinados, uma vez que, por constituírem restritores de conteúdo proposicional ou de estados de coisas, modificam um núcleo no nível representacional, o que acarreta consequências no NM, qual seja, um processo de subordinação. Assim, de acordo com as autoras, as orações causais conjuncionais em língua portuguesa, quando atuam no NI, apresentam o estatuto de coordenação e, quando no NR, subordinação.

Todavia, Hengeveld e Mackenzie (2008), por sua vez, reconhecem outras possibilidades de ocorrências em diferentes línguas, sobretudo as ocorrências estabelecidas no NR, sem essa aparente correspondência direta, apresentada por Abreu, Pezatti e Marques (2016), em língua portuguesa, de a *função retórica motivação* coordenar elementos linguísticos e as relações de *explicação, razão e causa* serem sempre subordinadas.

Neste trabalho, consideram-se essas outras possibilidades com base no que é proposto por Hengeveld e Mackenzie (2008), uma vez que a relação é sintagmática e não oracional, e a relação de subordinação, marcada no NM, não corresponde, necessariamente, a relações de causalidade, mediante subordinação, expressas no NI. No entanto, quando se tem uma relação *razão* que seja devida ao léxico ou que seja estabelecida por um SPpc que atue fora do sistema de transitividade, parece haver coordenação ou Cossubordinação entre os sintagmas no NR, e não apenas subordinação, como no caso das construções oracionais.

#### 3.4. O CONCEITO DE CAUSALIDADE: SÍNTESE

Tendo apresentado alguns aspectos da causalidade segundo uma perspectiva cognitiva, tradicional e também funcionalista, cabe destacar alguns conceitos que são relevantes para a análise a ser empreendida neste trabalho.

Uma vez que a relação de causalidade pode ser expressa de diferentes modos, o modo de sua expressão não exige uma marca sintática. Todavia, a marcação linguística por meio de conjunções ou outros elementos linguísticos pode servir de orientação para identificar relações de sentido que possuem nexos de causalidade, facilitando o reconhecimento, por parte do ouvinte, dos tipos de causalidade expressos pelas construções linguísticas do falante.

Neste trabalho, considera-se a distinção semântica entre o modo de realização da causalidade representada nas construções linguísticas como causa efetiva e causa declarada, conforme Neves (1999, 2001). A causa efetiva apresenta uma causalidade de conteúdo

expressa nas construções linguísticas que explicitam um evento real e factual no mundo físico, como em

(38) ela morreu *por coccidiose adquirida*. (MD)

Já a causa declarada apresenta construções dos níveis epistêmicos e dos atos de fala, que retratam acontecimentos factuais ou não factuais e que apresentam uma causalidade entre os eventos do mundo, causalidade que é atribuída pelo falante ao evento, como em

(39) Comentários sobre shows de o Yes em os anos setenta são totalmente desnecessários e sem sentido, pois não há mais o que dizer a respeito *por razões óbvias*. (CP-W/D)

(40) O protagonista do filme volta, *por conta dum magia qualquer*, à Paris dos anos 1920 - (CP-W/D)

Nesses exemplos, percebe-se que a causalidade entre os eventos não ocorre entre os estados de coisas relacionados, como no caso do domínio de conteúdo, mas a causalidade é uma relação criada pelo falante por meio do uso da língua (NEVES, 2001).

Como já apontado, essa distinção apresentada por Neves (1999, 2001) é feita com base nos estudos de Sweetser (1990), que, por sua vez, apresenta uma proposta de identificação de três domínios de causalidade. A partir da proposta da autora, e tendo em vista o modelo teórico da Gramática Discursivo Funcional (GDF), de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), é possível estabelecer as seguintes relações entre os domínios semânticos da causalidade e os níveis de formulação da GDF:

Quadro 1: Os domínios semânticos, tipos de causalidade e os níveis de formulação da GDF

<b>DOMÍNIO SEMÂNTICO</b> Sweetser (1990)	<b>MODO DA REALIZAÇÃO DA CAUSA</b> Neves (2010)	<b>NÍVEIS DE FORMULAÇÃO DA GDF</b> Hengeveld e Mackenzie (2008)
Domínio conversacional	Causa declarada	Nível Interpessoal
Domínio epistêmico	Causa declarada	Nível Representacional
Domínio do conteúdo	Causa Efetiva	Nível Representacional

Fonte: elaborado pela autora

Assim, consideram-se como “causa efetiva” expressões linguísticas do domínio do conteúdo, ou, em suma, a relação entre eventos do mundo (físico ou imaginário) em que a relação causal independe da vontade ou interpretação humana, conforme exemplo



mencionado em (38). Causa declarada, por sua vez, seriam as expressões linguísticas dos domínios epistêmico e conversacional, que relacionam fatos do mundo de forma causal, como os exemplos supracitados em (39) e (40). Portanto, causa efetiva diz respeito a relações entre conteúdos externos à situação comunicativa, ao passo que a causa declarada diz respeito a relações entre conteúdos internos à situação comunicativa. A causa efetiva, portanto, é expressa verbalmente pelo falante para representar fatos do mundo físico, a causa declarada é expressa verbalmente pelo falante de modo a relacionar fatos ou conceitos do mundo físico como causais.

Ainda, devido aos aspectos de designação do Nível Representacional da GDF e os aspectos pragmáticos analisados no Nível Interpessoal, percebe-se que a causa efetiva, que pertence ao domínio do conteúdo, será analisada sempre em termos de designação semântica ou de relações entre categorias semânticas ou Propriedade, ou seja, será sempre analisada no Nível Representacional. Já a causa declarada, quando ocorre no domínio epistêmico, pode ser verificada no Nível Representacional e, quando ocorre no domínio conversacional, poderá ser analisada no Nível Interpessoal, como função retórica. Essas considerações são relevantes no sentido de orientar e auxiliar na distinção das ocorrências de construções causais nos diferentes Níveis da GDF.

Importante dizer que, tendo em vista os domínios causais (conteúdo, epistêmico e conversacional) e o modo de realização das relações causais (efetiva ou declarada), percebe-se suas relações com as distinções de construções gramaticais causais na literatura tradicional, amplamente estudadas em termos de orações subordinadas adverbiais causais desenvolvidas ou reduzidas e as orações coordenadas explicativas.

No caso específico das construções linguísticas estudadas aqui, interessa-nos a expressão da causalidade que ocorre por meio de SPrep iniciado com *por*, denominado na Gramática Discursivo-Funcional (GDF) como um *sintagma adposicional*, termo utilizado para que seja possível a descrição de línguas em que a preposição dentro de um SPrep possa vir em posição tanto posposta (final do sintagma) como anteposta (início do sintagma), sendo esta última a posição que a preposição assume na língua portuguesa.

#### 4. CAPÍTULO III: O SINTAGMA PREPOSICIONADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Como já apontado na Introdução deste trabalho, na literatura gramatical corrente sobre o sintagma preposicionado em língua portuguesa (SPrep), o reconhecimento de que esta é uma unidade distinta de análise, diferentemente de outros tipos de sintagmas, não é totalmente consensual. Perini (2006), por exemplo, aborda apenas os sintagmas nominal, verbal, adjetival e adverbial, considerando o SPrep como incluído nessas outras categorias de sintagmas, que são classificados em termos do elemento nuclear, independentemente de serem ou não iniciados por preposição. Já Bechara (2010), por sua vez, reconhece os SPrep como unidades distintas, para além dos sintagmas nominais, verbais e adjetivais. Apesar dessa diferença de classificação, para os dois gramáticos aqui mencionados, o SPrep pode desempenhar funções sintáticas variadas no interior de uma oração, como complemento ou adjunto.

Este trabalho reconhece a classificação distinta do SPrep e se ocupa dos usos causais desse sintagma quando iniciado com a preposição *por*.

##### 4.1 O SINTAGMA PREPOSICIONADO

Nos estudos gramaticais, dos quais se toma como referência Bechara (2010) e Perini (2006), é amplamente difundido o conceito de construção oracional a partir de um elemento verbal, em que, considerando critérios sintáticos da língua portuguesa, uma oração é composta por um ato de referência (o sujeito), expresso ou não, e um ato de predicação (predicado), sempre expresso. Essa formulação sintática pode ser segmentada em unidades menores (intraoracionais) – as construções sintagmáticas – ou formar unidades maiores (extraoracionais) – as construções oracionais coordenadas ou subordinadas. Com base em critérios morfossintáticos, os SPrep em língua portuguesa são reconhecidos como suboracionais, podendo ocorrer sintaticamente nos limites dos constituintes sujeito e predicado e também na composição de complementos verbais e nominais, exigidos ou não

pela regência do termo que estão complementando. Assim, em uma oração como

(41) Aldenira gosta *de Belo Horizonte*. (BECHARA, 210, p. 289)

o sujeito é formado por um sintagma nominal reduzido a seu núcleo (Aldenira), e o predicado é formado por dois sintagmas, um predicado verbal, que tem por núcleo o verbo “gostar”, no interior do qual ocorre outro sintagma, o SPrep, na posição de complemento do verbo, com função sintática de objeto indireto, composto por uma preposição (de) e um sintagma nominal, também reduzido a seu núcleo (Belo Horizonte). Chama-se a atenção para o fato de que a preposição que inicia o SPrep em (41) faz parte da regência do verbo que é núcleo do sintagma verbal. No entanto, nem todos os SPrep são inseridos por questões de regência e transitividade, mas podem ser inseridos por critérios pragmáticos ou semânticos, com base na informação que um falante deseja verbalizar, como em (42), em que o SPrep “de fome” não funciona como um complemento do verbo, mas apenas especifica o seu sentido.

(42) As autoridades suspeitaram que a paciente morreu *de fome*. (CP-W/D)

A informação no SPrep constitui-se, sintaticamente, como um adjunto adverbial que indica a causa da morte – embora alguns gramáticos considerem este sintagma um adverbial de modo, aqui tal ideia é descartada, uma vez que “fome” não expressa um modo de se morrer; antes, apresenta um estado de coisas que deu origem a outro.

A ideia de que o SPrep pode se manifestar em funções sintáticas variadas, tais como adjunto adverbial, adjunto adnominal, predicativo do objeto ou complemento verbal ou nominal, com diferentes preposições iniciando o sintagma é consensual entre Linguistas e Gramáticos. Em definição amplamente aceita na literatura gramatical, sobretudo para linguistas como Neves (1999, 2000) e Castilho (2010), o SPrep é considerado uma unidade sintática com constituintes hierarquicamente organizados em torno de um constituinte nuclear, podendo sua organização ser oracional ou suboracional e ocorrer dentro ou fora do sistema de transitividade verbal ou nominal.

O fato de um sintagma ser ou não iniciado por uma preposição, no entanto, não é suficiente para classificá-lo como um SPrep, uma vez que as preposições também podem estar presentes no sintagma adjetival e no sintagma adverbial. Autores como Perini (2006), por exemplo, classificam o sintagma adjetival e adverbial não pela categoria de seu núcleo, mas pela sua função. Assumindo posição contrária, Castilho (2010) reconhece a categoria de SPrep como distinta das categorias de sintagma adverbial e de sintagma adjetival, ao lado

das categorias sintagma nominal e verbal, e esclarece:

Outras expressões [...], como em *em geral e pelo menos*, são constituídas por **sintagmas preposicionais**. Embora funcionem como advérbios, não integram a estrutura sintagmática destes, recebendo a designação de adverbiais. Deve ficar claro que os adverbiais assumem as funções dos sintagmas adverbiais, mas não integram a classe dos advérbios. (CASTILHO, 2010, p. 541 – grifo nosso).

Nos termos do autor, seriam, portanto, sintagmas adverbiais apenas aqueles que possuem como núcleo um advérbio, como em (43):

(43) ou a mulher se dedica *inteiramente* à carreira... (CASTILHO, 2010, p. 545)

Outra característica do sintagma adverbial que o diferencia do SPrep, apontada por Castilho, é o fato de que o sintagma adverbial não atua no âmbito da complementação, apenas no da adjunção, embora o autor reconheça que há sintagmas adverbiais que atuam como “quase argumentais”. Para a consideração de que um sintagma adverbial pode atuar no limite da adjunção, mas ainda não irá atuar como complemento, Castilho (2010) realiza a troca do sintagma adverbial por um preposicionado com valor adverbial de modo, como em (43).

(43a) ou a mulher se dedica *de modo inteiro* à carreira... (CASTILHO, 2010, p. 545)

Assim, em (43) há um sintagma adverbial, pois o núcleo é composto por um advérbio e em (43a) há um SPrep com função adverbial e ambos estão em relação de adjunção.

A classificação do sintagma adjetivo também é relevante para esta pesquisa, pois alguns desses sintagmas também são iniciados por preposição. O sintagma adjetivo é descrito por Castilho (2010, p. 511) como composto por um nome adjetivo (nuclear), que pode ser antecedido por um especificador (facultativo) e seguido por um complementador (facultativo). Segundo esse autor, as preposições que podem aparecer em um sintagma adjetival são apenas relacionais. Essa característica das preposições é importante para diferenciar o sintagma adjetivo do SPrep, já que, no caso dos SPrep

o sentido básico das preposições é o de localizar no espaço ou no tempo os termos que elas ligam. Por localizar entidades, as preposições atuam como operadores de predicação, ou seja, atribuem propriedades semânticas às palavras que relacionam. (CASTILHO, 2010, p. 584).

Por ser a preposição o núcleo do SPrep, é importante considerar seu estatuto. Em

relação às preposições que constituem os SPrep, observa-se que os estudos gramaticais tradicionais se limitam a descrevê-las por meio de critérios prioritariamente morfossintáticos, como palavra invariável que conecta um sintagma de forma dependente ou ordenada a outro(s) sintagmas. As gramáticas contemporâneas de Cunha e Cintra (2001), Cegalla (2008) e Bechara (2010) mencionam 17 palavras no capítulo das preposições essenciais, quais sejam: *a, ante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, perante, por (per), sem, sob, sobre e trás*. Ainda, a categoria das preposições é reconhecida pela gramática tradicional como um termo linguístico que serve para definir a função sintática do sintagma que ela encabeça e relacionar um termo subordinante a um termo subordinado.

Essa análise das preposições é ampliada nos estudos funcionalistas, que reconhecem diferentes valores semânticos por elas expressos. Ilari (2015, 2015, p.170) ressalva que a afirmação corrente por décadas de que a preposição é uma palavra vazia de sentido é equivocada. Castilho (2010) e Ilari *et al.* (2015) reconhecem que as preposições, além dos valores dinâmicos e estáticos já apontados pelas gramáticas tradicionais, também expressam noções como meio, circularidade, sequência etc. Pezatti *et al.* (2010), apoiando-se em Keizer (2007), classificam as preposições da língua portuguesa em preposições gramaticais e lexicais, assentando essa distinção, entre outros fatores, na presença ou ausência de “carga semântica” nas preposições, uma vez que não é incomum na literatura linguística elementos gramaticais serem considerados “vazios de sentido”. Neves (2000) aponta os diferentes valores semânticos obtidos pelo uso de preposições e as relações semânticas (como causa, conformidade etc.) que podem ser estabelecidas por uma mesma preposição. A autora classifica as preposições em *preposições introdutoras e não-introdutoras de argumentos verbais*, realizando uma distinção entre o funcionamento das preposições dentro e fora do sistema de transitividade, respectivamente. Para a linguista, “algumas palavras da língua que pertencem à esfera semântica das relações e processos [...] ocorrem num determinado ponto do texto indicando o modo pelo qual se conectam as porções que se sucedem” (NEVES, 2000, p. 601). As preposições são consideradas por Neves elementos que têm seu estatuto determinado dentro das subestruturas das orações, ou seja, dos sintagmas. Dessa forma, retomando a discussão acerca da categorização do SPrep, do sintagma adjetivo e do sintagma adverbial, tem-se que este último não é encabeçado por preposição, o sintagma adjetivo pode apresentar preposições relacionais e o SPrep é iniciado por preposições que atribuem propriedades semânticas às palavras que relacionam.

Os estudos de Castilho (2010) apresentam uma abordagem consistente ao propor uma

classificação estrutural dos sintagmas que não se mescla com as funções que realizam, e representa o posicionamento que se adota neste trabalho: o *sintagma adjetivo* é assim classificado por conter um nome adjetivo como núcleo e pode conter elementos não nucleares, como preposições (relacionais), e atuar tanto na complementação quanto na adjunção. O *sintagma preposicionado* possui como núcleo a preposição, atua tanto na adjunção quanto na complementação e pode funcionar como adverbiais, mas não constitui sintagma adverbial. O *sintagma adverbial* possui como núcleo um advérbio e atua apenas no âmbito da adjunção. Com base em tal perspectiva, portanto, os sintagmas são categorizados sempre pelo núcleo, independentemente da função que exercem.

Dessa forma, partindo de um ponto comum entre os estudos gramaticais e os estudos funcionalistas, qual seja, o de que as preposições se situam no âmbito da complementação e da adjunção, destaca-se o conceito funcional de que as preposições podem constituir SPrep em diferentes situações de uso e em diferentes contextos de distribuição sintática (como objeto ou complemento, por exemplo), os quais são capazes de estabelecer diferentes relações semânticas no nível discursivo-pragmático.

Na próxima seção, serão abordados aspectos mais específicos do SPrep em análise neste trabalho, qual seja, o iniciado com *por* estabelecendo relações de causalidade bem como questões de complementação ou adjunção e funções semânticas.

#### 4.2 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO SINTAGMA PREPOSICIONADO COM *POR*

A organização interna do SPpc pode ocorrer por meio de duas estruturas composicionais: i) iniciada pela preposição *por* seguida de substantivo ou adjetivo e ii) iniciada por locução prepositiva. Essas estruturas relacionam-se morfossintaticamente com outras dentro ou fora do sistema de transitividade da predicação e estabelecem diferentes relações pragmáticas e semânticas. Como apontado no capítulo anterior, de acordo com a Gramática Discursivo-funcional (GDF), essas relações podem ser descritas como *Motivação*, *Razão*, *Explicação* ou *Causa*. Essas diferentes relações são derivadas não apenas do valor semântico da preposição, mas também, e especialmente, da função que a preposição ocupa. Como vimos, Neves (2000) classifica as preposições em preposições introdutoras de argumentos e as não-introdutoras de argumentos verbais, realizando uma distinção entre o funcionamento das preposições dentro e fora do sistema de transitividade. Essa classificação

de Neves foi feita com base no conceito de predicação verbal da Gramática Funcional de Dik (1978, 1997), teoria que precede e orienta, em diferentes aspectos, muito do que é proposto pela GDF.

Segundo Dik, a predicação verbal pode ser compreendida como uma forma de referência a eventos no mundo e, para tanto, necessita de um molde informacional que apresente os elementos/argumentos essenciais para a referência do evento. No entanto, durante a formulação linguística, o falante pode trazer a essa referencialização modificadores, como em (44), em que os argumentos essenciais em relação ao verbo *fazer* seriam a pessoa que faz algo e algo que é feito. Mas nessa ocorrência, o falante insere informações acessórias de causalidade (*hobby*) e de tempo (*desde a adolescência*) que especificam o sentido da predicação e que veiculam a causalidade do evento expresso pela predicação.

(44) Taciana conta que começou fazendo doces *por hobby*, desde a adolescência. (CP-W/D)

Exemplo interessante também ocorre com os casos de predicação aberta,<sup>17</sup> como em (45). Para referenciar o evento “matar”, há um quadro a ser preenchido, que implica, no caso desse predicado, a pessoa que mata e a pessoa que é morta. Ao considerar a construção destacada em,

(45) Eu não sei se era por amor ou se eu *matei por amor*. (CP-W/D)

constata-se uma predicação construído com argumento essencial (a entidade que “mata”), com ausência de outro argumento essencial (a entidade que “foi morta”) e um adjunto não essencial (a motivação para “matar”) preenchendo o lugar do argumento essencial. O sintagma nominal (eu) assume a função sintática sujeito e a função semântica agente. Já o SPpc, que insere um adjunto, constitui-se como um satélite (ou modificador, nos termos da GDF) do elemento nuclear da predicação (matar), inserindo uma informação extra. Este SPrep funciona sintaticamente como um adjunto adverbial e estabelece a uma relação semântica de causa, trazendo uma especificação sobre o evento/estado de coisas referenciado na predicação. Quando o preenchimento desses quadros ocorre por meio de elementos não essenciais ao quadro de predicação, tais termos atuam como modificadores e estão fora do sistema de transitividade.

Por fim, observa-se que o SPpc também pode ser um argumento necessário, como em

---

<sup>17</sup> Nesse exemplo, há o que Dik (1997b) denomina de predicação aberta, pois há um predicador não preenchido - pessoa que foi morta.

(46), em que faz parte do esquema de predicação.

(46) Meu sistema é fazer os artistas dançarem movidos *por novos sentimentos*. (CP-G/H)

Quando o preenchimento desses quadros é necessário devido à estrutura argumental da predicação, esses sintagmas atuam como argumentos e estão dentro do sistema de transitividade. A escolha da preposição *por* em (46), mesmo dentro do esquema argumental do predicado *movido*, não ocorre apenas pelo léxico que o antecede, uma vez que, conforme Luft (2010, p. 345), *movido* pode tanto reger *de*, *a* e *para*, ao indicar movimento/deslocamento, quanto *de* (47) e *por* (48) ao indicar motivação, o que denota uma intenção e uma seleção por parte do falante em selecionar a relação semântica que pretende estabelecer.

(47) Movido *de curiosidade*. (2010, p. 345)

(48) Movido *pela curiosidade*. (2010, p. 345)

Ainda, em (46), a alternância da preposição *por* para *de* poderia alterar a relação semântica - *movido de novos sentimentos*, para um significado mais próximo *compelido por* [novos sentimentos], *levado a* [novos sentimentos] do que a motivação/causalidade expressa em *movido por* [novos sentimentos]. Com isso, evidencia-se o papel da preposição inclusive para o estabelecimento do significado do item lexical *movido*, que, com a preposição *por*, parece indicar similaridade com *motivado*, *incitado*.

Essa consideração acerca do esquema de predicados, proposta por Dik (1997b), é relevante no sentido de que descreve como a percepção semântico-cognitiva de uma referência a algo no mundo pode ser prevista em termos tanto de formulação linguística, quanto de codificação morfosintática dessa informação, pois descreve a representação de uma moldura de base para a formação das predicções, a depender de seus predicadores e dos argumentos desses predicadores. Com isso, o SPpc pode ser avaliado em termos de seu funcionamento como argumento essencial ou modificador e as das relações e funções semânticas que podem surgir a partir desses tipos de funcionamento.

Para Neves (2000), quando a preposição *por* funciona dentro do sistema de transitividade, ela introduz complemento. Esse complemento pode ser o objeto da ação (49), o objeto da experiência (50); o objeto da referência (51), isso de acordo com a semântica dos termos que a preposição relaciona, visto que o SPrep, *a priori*, será sempre um predicador que compõe uma predicação enquanto argumento ou modificador.



- (49) optei *pela luta*. (NEVES, 2000, p. 701)
- (50) Gentil anda caído *por você*. (NEVES, 2000, p. 701)
- (51) sempre me guiei *por esse pensamento*. (NEVES, 2000, p. 702)

Ainda como introdutora de complemento, a preposição *por*, de acordo com a autora, pode atribuir funções temáticas de beneficiário da ação verbal (52); locativo (53), no caso das construções passivas, referir-se ao complemento agente (54) ou causativo (55).

- (52) restrinjo-me a batalhar *pelos fracos*. (NEVES, 2000, p. 703)
- (53) não me cace briga nenhuma, e nem passe *por lá*. (NEVES, 2000, p. 703)
- (54) o bureau fora organizado por *Flávio Herzog*. (NEVES, 2000, p. 703)
- (55) Evaristo, forçado a exilar-se, depois de ver toda a família exterminada *por uma ditadura* sanguinolenta do seu país. (NEVES, 2000, p. 703)

Neves (2000) também aborda outras ocorrências possíveis dentro do sistema de transitividade, com *por* como preposição introdutora de complemento de adjetivo e de complemento não-subjetivo e não-agente de substantivo; no entanto, para esta pesquisa, interessa o fato de o sintagma iniciado com *por* atuar como argumento ou modificador, atribuindo funções semânticas à predicação. Dessa forma, neste trabalho, cabe investigar e descrever de modo detalhado como essa multifuncionalidade atua em termos de relações de causalidade nos diferentes níveis linguísticos, dos quais a GDF permite uma verificação minuciosa por meio de seus diferentes níveis e camadas.

Como modificador, atuando fora do sistema de transitividade, o SPrep iniciado com *por* apresenta, conforme Neves (2000), um funcionamento que estabelece relações semânticas variadas, das quais destaca-se, para esse trabalho, as relações de causa/motivo como em (56) e (57).

- (56) desejo cumprimentar D. Sônia *pelo apanhado extremamente brilhante que fez*. (Neves, 2000, p. 706)
- (57) Agradeço, do mesmo modo, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da república *pela extraordinária honra que nos dá*. (Neves, 2000, p. 706)

Neves (2000) não desenvolve as análises distinguindo as relações semânticas existentes entre essas construções, apenas indica que há uma relação semântica de causalidade estabelecida por esse tipo de sintagma. Como anunciado no início deste trabalho, intenta-se aqui uma distinção clara por meio das análises e classificações dessas relações,

como se verá no capítulo V.

Até o momento, as ocorrências apresentadas exemplificam um dos tipos de construção interna do SPrep com *por*; qual seja, preposição mais nome. Cabe ainda uma breve explicação sobre a construção locucional.

Neves (2000) estudou o uso de construções sintagmáticas predicativas locucionais, como em (58) e (59).

(58) Eu estendia a capa no chão, *por causa do* orvalho. (Neves, 2000, p. 708)

(59) Nem se soube que, *por artes das linhas travessas da boa escrita divina*, se tinha saído às mil maravilhas da embaixada que Latino Salathiel lhe cometera. (Neves, 2000, p. 708)

Interessante mencionar que a locução prepositiva com *por* seguida de nome transitivo (58) ou não (59) marca uma relação semântica de causalidade que se mantém, independentemente do conteúdo semântico desses nomes - causa e artes. Tanto em (58) quanto em (59), o SPrep funciona como predicador e atua como modificador e apresenta a causa/motivo da predicação.

Tendo em vista o funcionamento e a constituição interna do SPpc, pretende-se expandir os estudos supramencionados, considerando a possibilidade de este sintagma estabelecer diferentes relações de causalidade relacionadas aos tipos de função linguística que exerce (modificador ou argumento), aos tipos de relações semânticas e à função semântica causativo, mas também a possibilidade de ele estabelecer relações de causalidade que são de natureza pragmática.

Em termos da GDF, o SPrep pode ser um argumento necessário ou um modificador, atribuindo funções retóricas no Nível Interpessoal, semânticas no Nível Representacional e diferentes funções sintáticas no Nível Morfossintático da GDF.

Como visto no Capítulo I, a GDF manteve a consideração do “quadro de predicação” proposto por Dik (1997) no Nível Representacional, na camada do Estado de coisas (e), sob o rótulo de Propriedades Configuracionais (f<sup>c</sup>). As f<sup>c</sup> compõem o Estado de coisas e permitem a esquematização dos moldes de predicação relevantes para as línguas naturais. O número de argumentos previstos em esquemas de predicação permitidos em cada língua varia de acordo com a valência verbal, que apresenta esquemas tanto do ponto de vista de uma valência quantitativa, números de argumentos/unidades que formam um esquema de predicação, quanto em relação à valência qualitativa, que se refere às categorias semânticas e a forma como esses argumentos são expressos em termos de funções semânticas (papéis

temáticos). Assim, retomando o trecho em destaque no exemplo em (45),

- (45) Eu não sei se era por amor ou se *eu matei por amor*. (CP-W/D)  
 (f<sup>c</sup><sub>1</sub>: [(f<sub>j</sub>: matar (f<sub>j</sub>)) (x<sub>1</sub>)<sub>A</sub>] (f<sup>c</sup><sub>1</sub>: – por amor – (f<sup>c</sup><sub>1</sub>)<sub>C</sub>] f<sub>i</sub>)

verifica-se que há, em termos de valência quantitativa da GDF, um esquema de predicação de dois lugares para um (e) que apresenta o núcleo “matar”. Em termos de valência qualitativa, que diz respeito às funções semânticas, (x<sub>1</sub>) apresenta a função semântica *ativo* e (f<sup>c</sup>) apresenta função semântica de causativo, que expressa a causalidade do (e).

Já em (44), aqui também retomado, há um modificador, funcionando sintaticamente como adjunto.

- (44) Taciana conta que começou fazendo doces *por hobby*, desde a adolescência. (CP-W/D)  
 (f<sub>i</sub>: [(f<sub>j</sub>: fazer (f<sub>j</sub>)) (e<sub>1</sub>: (x<sub>1</sub>) (e<sub>1</sub>))] (f<sup>c</sup><sub>1</sub>: (r<sub>1</sub>: – por *hobby* (r<sub>1</sub>))<sub>Reason</sub> (f<sup>c</sup><sub>1</sub>))

Nesta ocorrência, também há um verbo biargumental, e o complemento interno do verbo *fazer* está preenchido pela entidade *doces*. O SPpc insere um modificador que atua sobre a predicação, indicando a causalidade.

A estrutura e o funcionamento do SPpc descritos neste Capítulo serão considerados na elaboração dos critérios de análise para as ocorrências apresentados a seguir.

## 5. CAPÍTULO IV: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 5.1 CONSTITUIÇÃO DO CÓRPUS

De modo a realizar uma análise abrangente acerca do uso do sintagma preposicionado com *por* indicando causalidade (SPpc), optou-se pela seleção de um material misto de língua portuguesa contemporânea. Por material misto, entenda-se tanto em relação às modalidades escrita e falada quanto a diversidade de gêneros textuais de diferentes áreas de conhecimento. A intenção é verificar esse fenômeno nos diferentes usos e âmbitos sociais, sem priorizar distinções como tipo ou gênero textual, posição social de autor ou destinatário etc. Com isso, pretende-se uma heterogeneidade na composição do corpus, uma vez que o fenômeno em análise é considerado como algo inerente à língua e não algo específico de determinados gêneros textuais.

Para tanto, na coleta de dados, selecionaram-se ocorrências de sintagmas *por + substantivo* em duas fontes de dados: i) o Corpus do Português, desenvolvido por Mark Davies e Michael Ferreira (2016-2021), nos subcorpus Gênero/Histórico (GH), Notícias na Web (NOW) e Web/Dialetos (WD), que trazem textos contemporâneos, entre outros, com gêneros variados e nas modalidades escrita e falada;<sup>18</sup> ii) o corpus do FUNCPAR, Grupo de Pesquisa de Funcionalistas do Norte e Noroeste do Parana (UEM/CNPq), composto por elocuições formais e entrevista orais.<sup>19</sup> Eventualmente, recorreu-se também a sites da internet para verificar a produtividade de uma determinada estrutura.

Uma vez que todos esses corpora estão disponíveis eletronicamente, a busca de dados foi feita a partir da estrutura *por+substantivo*. Assim, no levantamento das ocorrências, duas configurações foram encontradas e analisadas. A primeira, que se denomina aqui de “estrutura simples”, tem a seguinte configuração: “por + X”, em que X pode apresentar um item lexical causal ou não e pode constituir a estrutura argumental do núcleo do sintagma com o qual se relaciona. Essa estrutura pode ser exemplificada por sintagmas como *por dinheiro, por fome, por vingança, etc.*

---

<sup>18</sup> Disponível em [www https://www.corpusdoportugues.org/](https://www.corpusdoportugues.org/)

<sup>19</sup> Disponível em [www http://www.dle.uem.br/funcpar/pessoal.html](http://www.dle.uem.br/funcpar/pessoal.html)

A segunda estrutura, denominada “complexa”, tem a seguinte configuração: “por+X+de+X”, em que o primeiro X é ocupado não necessariamente por um item lexical causal, mas por um nome transitivo que rege a preposição “de”, resultando na locução prepositiva. Essa estrutura pode ser exemplificada por sintagmas como *por causa do trabalho, por motivo de saúde, por influência dos modernistas, etc.*

Uma vez que o objetivo principal deste trabalho é caracterizar a multifuncionalidade do sintagma *por+substantivo* na expressão da causalidade, não foi feito nenhum controle quantitativo dos dados. O procedimento de coleta visava apenas a diversidade de estrutura e de usos.

## 5.2 CRITÉRIOS DE ANÁLISE

As análises foram realizadas tendo em vista o funcionamento do SPpc desde o nível textual-discursivo, que diz respeito à interação entre falante e ouvinte e à forma de organização linguística que o falante realiza com base no contexto comunicativo, até o nível da expressão linguística, de acordo com os postulados básicos das teorias funcionalistas que admitem a influência e a predominância que os aspectos pragmáticos exercem sobre os aspectos semânticos e morfossintáticos. Tal concepção é extremamente adequada à estrutura descendente proposta na GDF.

Pretende-se, com os critérios apresentados a seguir, analisar o funcionamento dos SPpc nos diferentes níveis de organização do enunciado, de modo a descrever as especificidades das relações de causalidade que tais construções estabelecem de acordo com o nível em que elas atuam, em conformidade com a proposta teórica da GDF.

Apesar de os critérios serem apresentados individualmente, alguns parâmetros serão utilizados de forma conjunta ou paralela nas análises. Ainda assim, os critérios de análise foram divididos de acordo com os níveis e as camadas linguísticas da GDF, uma vez que a identificação do nível de atuação do SPpc é um fator essencial para a identificação da sua diversidade na expressão da causalidade.

### 5.2.1 Critérios do Nível Interpessoal

O Nível Interpessoal da GDF trata de aspectos interpessoais de uso da língua, como funções retóricas e funções pragmáticas. Como visto no capítulo I, a Retórica diz respeito à organização que o falante faz do uso linguístico com a finalidade de criar uma estratégia argumentativa que exercerá algum tipo de orientação semântico-argumentativa no ouvinte, ao passo que a Pragmática avalia a forma como o falante reorganiza ou salienta conteúdos informacionais em seu discurso, em conformidade com a expectativa que possui acerca dos conhecimentos do ouvinte. Para a verificação do uso dos SPpc com funções interpessoais, foram estabelecidos os critérios especificados dados a seguir.

#### 5.2.1.1 Estatuto da unidade representada pelo SPpc

##### a) SPpc como Ato Discursivo

O estatuto da unidade linguística, se Ato ou Subato, torna-se imprescindível para a verificação de funções Retóricas ou Pragmáticas no NI. Tendo em vista que Ato discursivo é definido como “a menor unidade de comportamento comunicativo e permite ao falante alcançar seu objetivo” (KEIZER, 2017, p. 83)<sup>20</sup>, entende-se que um SPpc pode corresponder a um Ato. Essa compreensão é reforçada pelo fato de os SPpc poderem ocorrer com ilocução própria e com a presença de pausa ou contornos entoacionais, critérios que ajudam a caracterizar um Ato Discursivo. Essa atuação do SPpc como um Ato Discursivo pode ser observada na ocorrência em (60).

- (60) Depois de "afastado durante cerca de 17 anos", o simplesmente António" considera no início de 1992 chegado o momento de regressar". Porquê? *Por causa da "onda reprivatizadora"* e para a aproveitar. (CP-G/H)

Em (60), temos uma construção com diferentes Atos, entre os quais encontra-se o Ato “*por causa da onda reprivatizadora*”, que contém ilocução própria, é uma unidade mínima de discurso que apresenta uma “informação completa”, e viabiliza ao falante a obtenção de seu objetivo comunicativo.

---

<sup>20</sup> No original: *the smaller units of communicative behaviour that allow the Speaker to achieve his/her communicative goal.*

### b) SPpc como Subato

Enquanto os Atos são as menores unidade do discurso, os Subatos são “as menores unidades interpessoais, que juntas ‘evocam’ a totalidade da mensagem que o falante deseja transmitir” (KEIZER, 2017, p. 83)<sup>21</sup>, compondo as unidades menores que por sua vez constituem os Atos. Como visto no capítulo I, os Atos são formados por um ou mais Subatos e são classificados como referenciais, quando evocam uma entidade, ou atributivos, quando evocam uma propriedade, como se vê nas ocorrências (61) e (62), respectivamente.

- (61) Diz que o Orestes fugiu foi mesmo *por causa de uma pobre coitada* que ele seduziu. (CP-G/H)  
 (62) [eu] estava muito cansada *por dormir* pouco. (CP-W/D)

O fato de o SPpc ser a expressão de um Ato ou um Subato é pertinente enquanto critério de análise, uma vez que tal distinção permite classificar a função desempenhada pelo SPpc como uma função Retórica – no caso específico desta pesquisa, a função de Motivação – que ocorre apenas na camada do Ato.

#### 5.2.1.2 Tipo de relação entre Atos

Para as ocorrências de SPpc que constituem Atos, o tipo de relação entre eles, equipolente ou dependente, permite constatar a ocorrência de funções retóricas, uma vez que elas são sempre dependentes. Conforme o exposto no Capítulo I, Hengeveld e Mackenzie (2008) entendem que a retórica está fundamentalmente preocupada com as maneiras em que componentes de um discurso são ordenados para a realização da estratégia comunicativa do falante e de expressões que influenciam o Destinatário a aceitar os propósitos do falante. Nessa organização, os Atos podem se relacionar de forma equipolente ou dependente (63).

- (63) Eu pinto todos os dias, *não por obrigação, mas por prazer*. (19Or:Br:Intrv:Tar-BR-G/H)  
 (M<sub>1</sub>:[(A<sub>j</sub>: - Eu pinto todos os dias - (A<sub>j</sub>) (A<sub>1</sub>: - não por obrigação - (A<sub>1</sub>) (A<sub>k</sub>: - mas por prazer - (A<sub>k</sub>)))] M<sub>1</sub>)

Em (63), (A<sub>1</sub>) e (A<sub>k</sub>) relacionam-se de forma equipolente, e (A<sub>1</sub>) relaciona-se de forma independente com (A<sub>j</sub>), Ato que apresenta a informação nuclear. As funções retóricas identificadas pela GDF, entre elas a de Motivação, são atribuídas a um Ato Discursivo

<sup>21</sup> No original: *the smallest interpersonal units, which together ‘evoke’ the totality of the message the Speaker wishes to convey*

subsidiário e indicam a sua relação com o Ato Nuclear do qual ele é subsidiário.

Neste trabalho, defende-se que os SPpccs podem atuar no NI como um Ato Discursivo que se relaciona de forma dependente com outro Ato Discursivo, compondo um único *movimento*, com função retórica como em (64) e (65).

- (64) A introdução da Vicunha na vida econômica de Pernambuco é importante *por duas razões*: o capital que a empresa pode mobilizar e a forma em que eles trabalham. (CP-G/H)

(M<sub>1</sub>):[(A<sub>j</sub>: - A introdução da Vicunha na vida econômica de Pernambuco é importante - (A<sub>j</sub>) (A<sub>k</sub>: - por duas razões - (A<sub>k</sub>)<sub>Orientação</sub> (A<sub>l</sub>: - o capital que a empresa pode mobilizar - (A<sub>l</sub>) (A<sub>m</sub>: - a forma em que eles trabalham - (A<sub>m</sub>)))] M<sub>1</sub>)

- (65) há pessoas no Parlamento que não compreendem ou refletem interesses particulares, *ou por razões puramente políticas*, não estão de acordo. (CP-G/H)

(M<sub>1</sub>):[(A<sub>j</sub>: - há pessoas no Parlamento que não compreendem ou refletem interesses particulares - (A<sub>j</sub>) (A<sub>k</sub>: - ou por razões puramente políticas - (A<sub>k</sub>)<sub>Esclarecimento</sub>) (A<sub>m</sub>: - não estão de acordo - (A<sub>m</sub>)))] M<sub>1</sub>)

A função retórica Orientação tem a intenção de orientar o ouvinte acerca de uma informação que será introduzida pelo falante, como em (64). Já em (65) percebe-se uma função retórica de Esclarecimento, a qual apresenta a função comunicativa de esclarecer uma informação anterior ao adicionar uma informação necessária para uma interpretação adequada por parte do ouvinte. Nos dois exemplos acima, os SPpcc são subsidiários e trazem informações acerca do Ato nuclear, no caso da função retórica Orientação, a informação nuclear aparece sempre no Ato subsequente, ao passo que na função retórica Correção a informação nuclear sempre será antecedente ao subsidiário. Há ocorrências em que o SPpcc pode não ser subsidiário, mas nuclear, como em (66).

- (66) As dificuldades da transição democrática recomendam aos partidos políticos cautela, a fim de garantir, sem prejuízo de natureza ética, a governabilidade do País. Assim sendo, e por decisão de seu Conselho Político, que só pode ser alterada em convenção nacional, o partido assegura apoio administrativo ao governo, sem que isso signifique renúncia a seus princípios. (CP-G/H)

(A<sub>i</sub>: - por decisão de seu conselho Político - (A<sub>i</sub>) (A<sub>l</sub>: - que só pode ser alterada em convenção nacional - (A<sub>l</sub>)<sub>Aposição</sub> (A<sub>m</sub>: - o partido assegura apoio administrativo ao governo - (A<sub>m</sub>))

Em (66), (A<sub>i</sub>) é nuclear e (A<sub>l</sub>) é subsidiário, com função retórica Aposição. Keizer (2017, p. 56) esclarece que a função retórica Aposição é atribuída a um Ato Discursivo dependente que fornece informação de fundo sobre uma das entidades evocadas no Ato



nuclear e é expresso por construções relativas não restritivas ou elementos apositivos.<sup>22</sup>

No caso específico da expressão da causalidade, uma função retórica que pode ser atribuída ao sintagma *por* + *substantivo* é a de Motivação, como se vê na seguinte ocorrência:

- (67) Parabéns! *Por causa de pessoas como ela* que ainda tenho um pouco de fé em a humanidade. (CP-G/H)  
(M<sub>l</sub>: [(A<sub>j</sub>: - Parabéns! - (A<sub>j</sub>) (A<sub>k</sub>: - Por causa de pessoas como ela - (A<sub>l</sub>)<sub>Motivação</sub>) (A<sub>m</sub>: - ainda tenho um pouco de fé em a humanidade - (A<sub>m</sub>)))] M<sub>l</sub>)

Essa ocorrência apresenta uma organização textual em que o SPpc é um Ato Discursivo que apresenta a Motivação para a realização do Ato Discursivo anterior; em outras palavras, a motivação para o falante enunciar “Parabéns!” está no Ato subsidiário.

### 5.3.2 Critérios do Nível Representacional

Os critérios desta seção dizem respeito ao Nível Representacional da GDF, que, como mencionado no capítulo I, verifica os aspectos semânticos de designação, tendo em vista i) a relação entre o uso da língua e o mundo extralinguístico que ela representa e ii) a semântica presente no significado de itens lexicais e unidades complexas.

A fim de analisar e descrever o funcionamento do SPpc no estabelecimento de diferentes relações de causalidade e apresentar uma distinção clara entre essas relações, entre a razão enquanto propriedade ou categoria semântica e as relações causa, explicação razão, foram considerados os aspectos descritos na sequência.

#### 5.3.2.1 Sistema de transitividade

Como já visto, o sintagma em análise nesta pesquisa pode atuar dentro ou fora do sistema de transitividade. Conforme Neves (2000), quando o SPpc atua dentro desse sistema, ele introduz uma informação complementar da predicação; introduz um complemento, como em (68). Quando fora desse sistema, ele traz informações além das especificadas pelo predicador, constituindo-se como elemento modificador que estabelece relações semânticas, como em (69).

<sup>22</sup> No original: *the rhetorical function of Aside, which is assigned to dependent Discourse Acts providing background information about one of the entities evoked within the Nuclear Discourse Act. Asides are typically expressed as non-restrictive relative clauses or appositive elements.*

- (68) A decepção aconteceu *por determinadas contrariedades* outras, movidas *por interesses pessoais*, por pessoas que estavam inclusive fora do contexto legal. (CP-G/H)
- (69) A Teresa decidiu estudar música *por iniciativa própria* [...]. (CP-NOW)

A importância da distinção do SPpc dentro ou não do sistema de transitividade é relevante no sentido de que a informação fora do sistema de transitividade pode resultar em uma relação semântica que indique causalidade, ou em uma função semântica (de Agente ou Causativo), quando dentro do sistema de transitividade.

Cabe ainda salientar que Dik (1997) amplia o conceito proposto em Dik (1978) acerca do predicado. Conforme Peres (1984, p. 39), o autor passa a considerar não apenas o predicado verbal como parte fundamental de uma predicação, mas também os predicados nominal e adjetival. Essa informação é relevante para a consideração de que a estrutura argumental não se restringe apenas a verbos, mas também se estende a nomes e adjetivos. Com isso, é possível pensar na atribuição de funções semânticas aos argumentos nominais.

Embora esse critério seja de grande importância no auxílio da distinção entre relação ou função semântica, ele não é, individualmente, determinante de relações de causalidade, uma vez que há sintagmas preposicionados com *por+substantivo* que podem não indicar nenhum tipo de natureza de relação semântica no domínio da causalidade.

- (70) Recebi acusações horríveis: falsidade ideológica, peculato, prevaricação, antes mesmo de ser julgado *por qualquer câmara judicial ou técnica*. (CP-G/H)
- (71) Tem alguns grupos novos que estão despontando e fazendo um trabalho legal, mas é difícil avaliar *por um primeiro disco*. (CP-G/H)

Na ocorrência (70), dentro do sistema de transitividade, temos um SPrep com *por* que não estabelece relação de causalidade. Em (71), constata-se um SPrep com *por* fora do sistema de transitividade e que também não estabelece relações de causalidade.

Isso fez com que se tornassem necessários outros critérios semânticos que auxiliassem na descrição e análise do SPpc, como se verá a seguir.

#### 4.3.2.2 Traços semânticos dos itens lexicais

Outro fator primordial para a classificação do SPpc são os traços semânticos dos elementos que compõem o SPpc. Os traços semânticos permitem verificar a natureza semântica dos elementos lexicais nucleares ou não da predicação em que o SPpc está

inserido, tanto em sentido de i) valor semântico do item lexical utilizado (significado do termo) quanto no sentido de ii) especificidades semânticas de um item lexical (+ abstrato ou + concreto, + volitivo ou - volitivo etc.).

Essa análise dos traços semânticos dos itens lexicais que compõem o quadro de predicação em que o SPpc está inserido é de extrema relevância para a compreensão dos aspectos cognitivos aplicados à formulação linguística, pois não só parece evidenciá-los, como também pode auxiliar na compreensão da estrutura de formulação da linguagem. Como exemplo, observem-se as ocorrências em (72) e (73), que não expressam relação de causalidade, e as ocorrências em (74) e (75) que apresentam relações de causalidade.

- (72) Agora, ele também responde *por estupro de vulnerável*, tortura e ameaça. (CP-NOW)  
 (73) “É uma luta que não tem fim, é uma luta *por respeito* e dignidade”, afirmou em entrevista a a GloboNews. (CP-NOW)
- (74) Jovem é preso *por estupro* de vulnerável a adolescente de 13 anos. (CP -NOW)  
 (75) *Por respeito a eles*, não vou cantar música brasileira. (CP-G/H)

Os SPpc em (74) e (75) (*por estupro* e *por respeito*) indicam relações de causalidade, mas não apresentam um conteúdo lexical com significados semânticos causais, embora ambas as construções estabeleçam relações de natureza causal que são marcadas pela preposição *por*, o que traz à tona o conteúdo discutido no capítulo II sobre os aspectos cognitivos da causalidade. Dessa forma, parece que a relação de causa surge do uso da língua e da forma de representar o mundo extralinguístico e não apenas do valor semântico presente nos itens lexicais. Diferentemente, nas ocorrências em (76) e (77), é evidente o valor semântico de causalidade dos itens lexicais que ocorrem ou nos termos que regem ou nos termos que são regidos pelo predicador

- (76) Meu pai foi assassinado *por motivos políticos* quando eu tinha apenas 3 anos. (CP-G/H)  
 (77) A delegada Maria Lúcia Santos disse que o crime foi motivado *por uma velha dívida* de Jorge Tosta com os irmãos. (CP-G/H)

Em qualquer dos casos acima, a relação de causalidade em construções que envolvem o SPpc parece decorrer não apenas da relação entre o uso linguístico e a representação do mundo extralinguístico, mas também do valor semântico dos termos. Percebe-se que a semântica do léxico utilizado é importante para a caracterização das relações de causalidade, juntamente com outros parâmetros apresentados neste capítulo. Assim, considera-se importante a aplicação deste critério para verificar que tipo de item lexical possibilita o estabelecimento de relações de causalidade por meio dessas construções.

### 5.3.2.3 Tipo de entidade representada pelo substantivo em *por* + *substantivo*: 1ª, 2ª ou 3ª ordem

Acerca da especificidade semântica dos itens lexicais, observa-se que a relação de causa pode envolver entidades de primeira ordem (indivíduos), como em (78), de segunda ordem (estado de coisas), como em (79), de terceira ordem (conteúdo proposicional), como em (80).

- (78) A malária é, dentre as doenças causadas **por protozoários**, a de maior incidência no mundo. (CP-G/H)
- (79) em paralelo, a superposição de demandas gerada *por paralisações policiais* e manifestações comandadas por uma central sindical. (CP-G/H)
- (80) Não estou aqui *por ideologias*. Estou aqui porque fui convidado pelo meu partido. (CP-G/H)

A expectativa com a verificação desse critério é a de que os tipos de entidade representada pelo substantivo que compõem o SPpc ajudem a caracterizar as diferentes relações de causa expressas no NR.

### 4.3.2.4 Tipo de causa expressa: declarada ou efetiva

Outro critério relevante a ser verificado é o tipo de causalidade que o SPpc veicula, se causa declarada (81) ou efetiva (82).

- (81) Sim, a moeda passou a ser o algoz do turismo *por conta de sua força*. Uma moeda forte em comparação ao dólar. (CP-G/H)
- (82) De acordo com o laudo do IML, o pastor morreu *por asfixia*. (CP-G/H)

Essa distinção semântica acerca do tipo de causalidade tem-se mostrado bastante útil na distinção e classificação das diferentes relações de causalidade expressa em construções oracionais. A causa efetiva, que pertence ao domínio do conteúdo, é sempre analisada em termos de designação semântica, portanto, não se resolverá no Nível Interpessoal da GDF, mas sempre no Representacional. Já a causa declarada, que pode conter os domínios causais epistêmicos ou conversacionais, conforme visto no Capítulo II, pode ocorrer tanto no NR quanto no NI. Cabe verificar se o SPpc também apresentará tal funcionamento, em se tratando de causa declarada. A análise desse critério deverá orientar e auxiliar na distinção das ocorrências de construções causais nos diferentes Níveis da GDF.

### 5.3.2.5 Função semântica (agente ou causativo)

Alguns critérios, como já se percebe, precisam ser sobrepostos para uma análise adequada. Assim, considerando os critérios já apresentados, propõe-se a verificação da função semântica da entidade introduzida pelos sintagmas em análise neste trabalho. Como visto em critério anterior, o SPpc pode atuar dentro ou fora do sistema de transitividade, como argumento ou modificador, respectivamente. Enquanto modificador, ele traz informações não previstas pelo esquema de predicado que apresentam o tipo de causa efetiva ou declarada; enquanto argumento, ele pode inserir entidades que participam, de alguma forma, do evento expresso na predicação. A essas entidades que desempenham papéis na predicação, pode-se atribuir uma função semântica. Quando a relação de causalidade ocorre devido à forma como as entidades envolvidas participam do evento expresso pela predicação, percebe-se que o SPpc pode inserir termos com funções semânticas distintas, como *agente*, como em (83), ou *causativo*, como em (84).

- (83) a sub-rogação não tem lugar se o dano foi causado *pelo cônjuge do segurado*, seus descendentes ou ascendentes, consanguíneos ou afins. (CP-G/H)
- (84) A minha pena é superior à destinada a quem pratica crime hediondo. O juiz diz que foi por *péssimos antecedentes*. (CP-G/H)

### 5.3.3 Critérios Morfossintáticos

O Nível Morfossintático, como visto no Capítulo I, é responsável pela codificação das informações dos níveis de formulação. Por esse motivo, critérios pertencentes ao NI e ao NR podem ser retomados nas análises do NM, mas sob uma outra perspectiva, a saber, a das determinações interpessoais e representacionais que motivam a estrutura morfossintática. Esse é o caso, por exemplo, das relações hierárquicas do NI ou das relações argumentais e predicativas do NR que podem ser retomadas no NM sob a análise das relações de dependência – lembrando que o NM recebe motivações de outros níveis, mas também possui seus próprios princípios organizacionais. Com a intenção de verificar os aspectos morfossintáticos do SPpc, utilizaram-se os critérios a seguir;

#### 5.3.3.1 Estrutura simples ou complexa

Como já mencionado no capítulo III, o SPpc pode apresentar uma estrutura simples

(85) ou uma estrutura complexa (86); cabe, portanto, a verificação de como essa estrutura funciona ao codificar o conteúdo dos níveis de formulação.

(85) Eu andava meio sonolento, mas, *por conta da lei seca*, eu não tinha bebido. (CP-W/D)

(86) Mas só a ideia de estarem a chorar *por fome*. (CP -W/D)

Um dos aspectos a serem considerados sobre o tipo de estrutura é o fato de ela apresentar ou não uma subordinação interna dos elementos que a compõem e se isso influencia de alguma forma como esses sintagmas se relacionam com os demais sintagmas da construção linguística de que fazem parte. Outro, seria o fato de uma estrutura complexa apresentar um item lexical como parte do núcleo de um sintagma preposicionado, ao passo que o núcleo de uma estrutura simples é uma preposição.

### 5.3.3.2 Relação sintática

Considerando a recursividade linguística e o fato de as análises aqui propostas averiguarem a recursividade no âmbito sintagmático, observar e descrever as relações de dependência existentes entre os sintagmas torna-se bastante relevante para representar a codificação das informações que advém das relações do NR e do NI. As relações encontradas no NM que são relevantes para a análise do SPpc são as de coordenação, subordinação, Cossubordinação, Expansão e Listagem, exemplificadas a seguir e podem ser verificadas a partir da relação que é estabelecida entre o SPpc e o sintagma verbal núcleo da predicação ou entre SPpc quando há a recursividade desses sintagmas.

Em (87), observa-se uma coordenação alternativa entre dois SPpc, enquanto, em (88), a relação é entre o SPpc e o sintagma verbal núcleo da predicação:

(87) Aquilo que tentámos concretizar e que, *por preguiça* ou *por medo*, se ficaram só pelas intenções. (CP -NOW)

(88) Tentei fazer amizade com as pessoas, mas tudo que eu podia dizer / fazer era "« Convidar para Casa "». Eu o fiz *por pura curiosidade*, e depois que a garota chegou em minha casa, uma cena muito gráfica começou a passar... (CP-W/D)

Em (89), há entre os SPpc “*por fome, por mau atendimento*” uma relação de Expansão entre os SPpc, uma vez que há a adição de outras unidades de uma mesma camada, que é possível devido à recursividade dessas unidades e de Cossubordinação entre o SPpc e

o sintagma verbal núcleo da predicação:

- (89) Meu, *por causa de os políticos de o Maranhão* (e não *por causa de o povo*) *peessoa morrem por fome, por mau atendimento em os hospitais.* (CP -W/D)

Já em (90), há uma relação de Cossubordinação entre o primeiro SPpc e a oração com a qual se relaciona (*peessoas morrem por fome*) e uma relação de Expansão entre os SPpc *por frio, por medo, por fome.*

- (90) Há ainda um momento no qual a mesma Emily parece desnorteada (*por frio, por medo, por fome, seja lá pelo que for, pois nunca fica claro*). (CP -W/D)

A relação de Cossubordinação é definida pela GDF como a combinação de duas orações em que uma não é ‘parte da outra’ e uma pode, e a outra não, ser utilizada de forma independente. Nesta pesquisa, entende-se que essa relação também se aplica a relações como a que se vê em (90), entre *parecer desnorteada* e *por frio*, uma vez que são construções que não “fazem parte” uma da outra, no entanto, em (89) e em (90), o SPpc não pode ocorrer sem a oração anterior e é codificada por meio de uma relação de Cossubordinação entre o SPpc e o sintagma verbal nuclear da predicação. Em outras palavras, são unidades que se relacionam/se combinam, mas o SPpc não pode ocorrer sem a oração, não é subordinado a ela, mas a oração pode ocorrer sem o SPpc.

Em (91), por sua vez, há uma relação de Listagem entre os Sppc e uma relação de Cossubordinação entre o SPpc e o sintagma verbal núcleo da predicação:

- (91) A consequência, infelizmente foi a morte de 200 mil civis causadas *por fome, guerra, doenças.* (CP-W/D).

A Listagem constitui uma coordenação de duas ou mais unidades. Assim, em *por fome, guerra, doenças* entende-se que há uma relação de Listagem e não de Expansão por apresentarem um “empilhamento” das informações (todos os itens lexicais ali coordenados tem por base a mesma preposição), diferentemente da ocorrência em (90), que há a presença da preposição em cada sintagma.

Como se vê, as relações sintáticas do SPpc podem ser as mais variadas, o que demonstra a necessidade de se verificar se há ou não alguma regularidade entre as relações

estabelecidas no processo de formulação, no NI e no NR e no processo de codificação, no NM.

### 5.3.3.3 Ordem do SPpc

Outro critério relevante a ser verificado no NM é a ordem das informações, que podem ou não apresentar iconicidade ou motivação funcional. Nas ocorrências com o SPpc, foram encontradas posposições (92), anteposições (93) e apostos (94) com sintagmas não subordinados.

- (92) A idéia inicial era apenas modificar o formato do espetáculo, *por motivos econômicos*. (CP-G/H)
- (93) Mas, *por artimanha da Igreja Católica e de outras igrejas evangélicas*, a gente não consegue regulamentar essa lei. (CP-G/H)
- (94) Eu espero que a lei ajude as pessoas a assumirem sua homossexualidade, porque isso vai fazer muito bem para a sociedade, no momento em que menos homens e mulheres façam casamentos desastrosos, *por pressão familiar*, que durem cinco ou seis anos e deixem mulheres infelizes e crianças desamparadas. (CP-G/H)

Exemplos como os acima podem ocupar diferentes posições em relação à predicação nuclear. Pode parecer comum a ideia de que um SPrep pode ocupar diferentes posições sintáticas quando não está subordinado; no entanto, há ocorrências como (95) em que o SPpc não é subordinado a uma predicação, mas possui uma predicação subordinada a ele. Nesses casos, a posição do sintagma é fixa.

- (95) E tudo *por causa de uma partida* que uma amiga lhe pregou. (CP-G/H)

Acerca dos SPpc subordinado, há sintagmas subordinados que podem ocorrer pospostos ao núcleo da predicação ou à predicação toda.

- (96) ao fim e ao cabo, a parte profissional fica totalmente marginalizada *por falta de interesse dos alunos*. (CP-G/H)

Há também ocorrências de sintagmas não subordinados que constituem construções apositivas e têm sua posição restrita a uma predicação principal, como em (97) ou a uma predicação subordinada, como em (98). Restrita no sentido de não poder ocupar diferentes



posições sintáticas em relação às construções com a quais o SPpc se relaciona, como nos casos anteriores, uma vez que a mudança de posição sintática ocasionaria em mudança ou inadequação de sentido.

(97) Enquanto a PM tem uma certa dificuldade junto à população, *por conta da violência*, o bombeiro é uma instituição leve, aceita pela sociedade. (CP-G/H)

\* Enquanto a PM tem uma certa dificuldade junto à população o bombeiro é uma instituição leve, *por conta da violência*, aceita pela sociedade. (CP-G/H - adaptado)

\* *Por conta da violência*, enquanto a PM tem uma certa dificuldade junto à população, o bombeiro é uma instituição leve, aceita pela sociedade. (CP-G/H - adaptado)

(98) contou um morador que, *por medo*, prefere o anonimato. ( CP-G/H)

contou um morador que prefere o anonimato *por medo*. (CP -G/H - adaptado)

*por medo*, contou um morador que prefere o anonimato. (CP -G/H - adaptado)

Há sintagmas subordinados (99) que só podem ocorrer pospostos.

(99) O pavilhão gimno desportivo de Monserrate, um dos dois da cidade, gravemente danificado *por um tornado em Novembro do ano passado*, só estará operacional em meados de Janeiro. (CP-G/H)

\* *Por um tornado em Novembro do ano passado*, o pavilhão gimno desportivo de Monserrate, um dos dois da cidade, gravemente danificado, só estará operacional em meados de Janeiro.

\*\*O pavilhão gimno desportivo de Monserrate, um dos dois da cidade, *por um tornado em Novembro do ano passado*, gravemente danificado, só estará operacional em meados de Janeiro.

Fica claro que o SPpc pode ocorrer em diferentes posições sintáticas e que essa posição pode apresentar algumas restrições. Importa saber como essa organização da codificação morfosintática reflete a ou na organização dos níveis da formulação, assim como na classificação sintática desses sintagmas, se complemento, aposto etc.

## 6. CAPÍTULO V: AS RELAÇÕES DE CAUSALIDADE NA GDF POR MEIO DO SINTAGMA PREPOSICIONADO *POR + SUBSTANTIVO*

As análises realizadas nesta seção visam verificar as relações de causalidade na GDF por meio da descrição dos sintagmas preposicionados encabeçados pela preposição *por* (SPpc). Na GDF, o sintagma é considerado uma das camadas que compõem o nível morfossintático. Por se tratar de uma teoria que organiza as expressões linguísticas por meio de uma análise *top-down*, assume-se que, embora o sintagma seja codificado no Nível Morfossintático, ele é determinado por aspectos semânticos e pragmáticos dos níveis superiores.

Essa escolha teórica permite, portanto, verificar os SPpc tanto como a expressão de decisões no nível da formulação linguística quanto no nível da codificação, uma vez que as diferentes relações estabelecidas nos níveis Interpessoal e Representacional são codificadas no Nível Morfossintático de diferentes formas e com diferentes relações.

Nesta pesquisa, considera-se que o SPpc apresenta uma versatilidade de usos que não é motivada apenas pela presença da preposição *por*, por sua estrutura ou pelo significado de item lexical que o compõe, mas também por aspectos pragmáticos e semânticos adjacentes. Desse modo, assume-se que tal sintagma é multifuncional, uma vez que ocorre em diferentes níveis e camadas da GDF e que é capaz de estabelecer diferentes relações semânticas de causalidade.

A seguir, apresenta-se a análise de cada uma dessas formas de expressão da causalidade, buscando caracterizá-las.

### 6.1 A EXPRESSÃO DA CAUSALIDADE NO NI

No NI, observam-se as estratégias intencionais de um falante em relação à organização de sua fala, entre elas, a Função Retórica de Motivação. Como já apontado no Capítulo II, a Motivação é uma estratégia discursiva do falante, na qual há uma intenção de aceitação do conteúdo discursivo enunciado no Ato nuclear, ao mesmo tempo em que um

Ato, subsidiário, justifica a enunciação do Ato anterior, nuclear. Dessa forma, para que os SPpc sejam considerados expressão de um Ato com função retórica Motivação, é preciso que apresentem as seguintes características: i) integrem uma formulação discursiva estratégica, ii) constituam um conteúdo informacional que apresenta a motivação do falante em relação ao que foi dito anteriormente, iii) constituam um Ato Discursivo subsidiário em relação a um Ato Discursivo nuclear.

É exatamente essa a condição do SPrep destacado na ocorrência em (100).

(100) Já te disse, já te disse! não te finjas de surdo! *Por causa da tua saúde, que é fraca, e da tua reputação.* - (CP-G/H)

(M<sub>I</sub>: [(A<sub>I</sub>: - não te finjas de surdo - (A<sub>I</sub>)) (A<sub>J</sub>: - por causa da tua saúde e da tua reputação - (A<sub>J</sub>))<sub>Motiv</sub>] (M<sub>I</sub>))

Em (100), o SPpc em destaque representa um Ato Discursivo subsidiário, com Ilocução própria, sendo um Ato Declarativo que expressa a Motivação para o conteúdo enunciado no Ato nuclear. Percebe-se que o SPpc se apresenta como um argumento (no sentido retórico do termo) para a afirmação anterior que o falante realiza.

No exemplo supramencionado, a construção apresentada possui um conteúdo lexical que traz um valor semântico de causalidade, o que se denomina, neste trabalho, léxico causal. No entanto, a causalidade não se estabelece apenas com construções que dispõem deste tipo de léxico, como é possível perceber em (101).

(101) Parabéns ao Dr. Francisco Costa, *pela sensibilidade e pela agilidade.* (CP-/NOW)

(M<sub>I</sub>: [(A<sub>I</sub>: - Parabéns ao Dr. Francisco Costa - (A<sub>I</sub>)) (A<sub>J</sub>: - pela sensibilidade e pela agilidade - (A<sub>J</sub>))<sub>Motiv</sub>] (M<sub>I</sub>))

Essa consideração acerca do estabelecimento de uma relação de causalidade que não envolva um item lexical ou outro elemento que indique causa, como “porque” ou “por causa de”, evidencia o caráter cognitivo e interacional da relação de causalidade estabelecida. Essa relação de causalidade/motivação torna-se evidente pela verificação do excerto representado em (101), no qual o falante apresenta uma justificativa para o Ato anterior por meio um SPpc que não apresenta léxico causal, mas explicita uma causalidade acerca do Ato Discursivo anterior e denota uma organização retórica, na camada do Ato Discursivo, que é descrita pela GDF como Motivação.

Para que haja uma relação retórica de Motivação no NI, é necessário que haja uma

relação de dependência entre um Ato nuclear e um Ato subsidiário. No entanto, no NM, não há uma correspondência direta dessa dependência, como se observa em (102).

- (102) Eu não mudei, desde o começo disse que era contra até *por causa de vocês* - (CP-G/H)  
 NI: (M<sub>I</sub>: [(A<sub>I</sub>: - disse que era contra - (A<sub>I</sub>) (A<sub>J</sub>: - por causa de vocês - (A<sub>J</sub>))<sub>Motiv</sub>] (M<sub>I</sub>))  
 NM: (C<sub>I</sub>: [V<sub>p</sub><sub>i</sub>: - disse - (V<sub>p</sub><sub>i</sub>)] (<sup>dep</sup>C<sub>I</sub><sub>j</sub>: - que era contra (C<sub>I</sub><sub>j</sub>)) (Adp<sub>i</sub>: - por causa de vocês - (Adp<sub>i</sub>))] (C<sub>I</sub><sub>i</sub>))

Em (102), há relação de dependência entre um Ato nuclear e um Ato subsidiário, mas, no NM, há uma relação de Cossubordinação. Todavia, em ocorrências como (103), a dependência também ocorre no NM.

- (103) Obrigado, Arcy, *por suas palavras gentis*. (CP-NOW)  
 NI: (M<sub>I</sub>: [(A<sub>I</sub>: - Obrigado - (A<sub>I</sub>)) (A<sub>J</sub>: - por suas palavras gentis - (A<sub>J</sub>))<sub>Mot</sub>] (M<sub>I</sub>))  
 NM: (Le<sub>i</sub>: [(X<sub>p</sub><sub>i</sub>: - Obrigado - (X<sub>p</sub><sub>i</sub>)) (Nw<sub>i</sub>: Arcy (Nw<sub>i</sub>)) (<sup>Dep</sup>Adp<sub>i</sub>: - por suas palavras gentis - (Adp<sub>i</sub>))] (Le<sub>i</sub>))

Essa dependência no NM é decorrente do próprio funcionamento deste nível, uma vez que, conforme Luft (2010, p. 356), o nome *obrigado* rege a preposição *por*, ou seja, o SPpc faz parte do esquema argumental e apresenta relação de equiordenação.

O fato de os SPpc não apresentarem relações de dependência correspondentes entre NI e NM é um traço que o diferencia das construções oracionais mencionadas no capítulo II deste trabalho, uma vez que a relação entre Atos Discursivos, como visto nos exemplos acima, é de dependência no NI, mas essa relação de dependência pode resultar em relações de cossubordinação, coordenação ou de equiordenação no NM.

O Spcc pode ser, ainda, a expressão de outra função interacional, a função pragmática. Essa função, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), ocorre nas camadas mais baixas do NI, quais sejam, a do Conteúdo Comunicado e a do Subato, e reflete estratégias comunicativas que indicam “o status comunicativo da unidade a qual são atribuídas em termos de saliência e/ou relevância para o discurso em andamento” (KEIZER, 2015, p. 311). É o que ocorre em (104).

- (104) *Por formação pastoral* estou convencido que a vida católica se vive nas pequenas comunidades paroquiais de base e até familiar. - (CP-G/H)

(A<sub>i</sub>: [(C<sub>1</sub>: (T<sub>1</sub>)<sub>Tópico</sub> (R<sub>2</sub>) (T<sub>2</sub>) [...] (C<sub>1</sub>))] A<sub>1</sub>)

Nessa ocorrência, a função Tópico se manifesta por meio de um Subato Atributivo, “Por formação pastoral”, que fornece uma orientação acerca das informações que serão trazidas pelo falante na sequência do discurso. É importante destacar que, diferentemente do que acontece quando o SPpc é a codificação de um Ato com função retórica Motivação, que sinaliza a ocorrência de relações causais no NI, a relação de causalidade, nesses casos, se estabelece no Nível Representacional, como se discutirá na próxima seção.

## 6.2 A EXPRESSÃO DA CAUSALIDADE NO NR

### 6.2.1 As relações de causa, explicação, razão

Nesta seção, são descritas as diferentes relações de causalidade possíveis no NR que são representadas pelos SPpc. Para essa análise, são retomadas as descrições presentes em Abreu, Pezatti e Novaes-Marques (2016) - que analisaram as orações causais de acordo com a GDF - a fim de comparar as duas estratégias.

Como visto no Capítulo II, a relação **razão** é definida por Abreu, Pezatti e Marques (2016) como aquela que envolve um conteúdo proposicional que modifica um estado de coisas, como se vê nas seguintes ocorrências:

- (105) De lá pra cá não estou tomando mais nada *por orientação médica*. - (CP-G/H)  
 (e<sub>i</sub>: - não estou tomando mais nada - (e<sub>i</sub>) : (t<sub>i</sub>: de lá pra cá (t<sub>i</sub>)) (e<sub>i</sub>) : (p<sub>j</sub>: - por orientação médica (p<sub>j</sub>))<sub>Razão</sub> (e<sub>i</sub>))

Essa relação se expressa, nas ocorrências do cópuz, por meio de um SPpc de estrutura simples e léxico não causal, como visto em (105), e também por SPpc de estrutura simples e léxico causal, como em (106).

- (106) e há pessoas no Parlamento que não compreendem ou refletem interesses particulares, ou *por razões puramente políticas*, não estão de acordo. (CP-G/H)  
 (neg p<sub>i</sub>: - estão de acordo - (p<sub>i</sub>) : (p<sub>j</sub>: - por razões puramente políticas (p<sub>j</sub>))<sub>Razão</sub> (p<sub>i</sub>))

No caso do SPpc de estrutura simples com léxico causal, apenas os nomes “razão” e

“motivo” foram encontrados, o que demonstra a influência do tipo de entidade das construções linguísticas para o estabelecimento dessa relação de causalidade.

Os SPpc de estrutura complexa e nome causal ou não causal também foram encontrados em ocorrências da relação razão no *cópus*, a exemplo de (107) e (108), respectivamente.

(107) VIII - ninguém será privado de direitos *por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política*, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei. (CP-NOW)

(e<sub>i</sub>: - ninguém será privado de direitos - (e<sub>i</sub>) : (p<sub>j</sub>: - por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política (p<sub>j</sub>))<sub>Razão</sub> (e<sub>i</sub>))

(108) Não vou nominar as empresas *por uma questão de ética*. - (CP-G/H)

(neg e<sub>i</sub>: - vou nominar as empresas - (e<sub>i</sub>) : (p<sub>j</sub>: - por uma questão de ética (p<sub>j</sub>))<sub>Razão</sub> (e<sub>i</sub>))

A relação razão, nesses casos, se estabelece a partir de um predicado e um modificador; a predicação apresenta um estado de coisas que é modificado por um conteúdo proposicional expresso pelo SPpc que tem as entidades “orientação” em (105), “razão” em (106), “motivo” em (107) e “questão” em (108), entidades de terceira ordem que representam um construto mental.

A relação **explicação** foi localizada no *cópus* tanto expressa por meio de SPpc simples de nome não causal, como em (109), como por meio de SPpc de estrutura complexa com nome causal (110) e não causal (111):

(109) Eu quis sair *por problemas familiares* - (Funcpar)

(p<sub>i</sub>: - eu quis sair - (p<sub>i</sub>) : (e<sub>i</sub>: - por problemas familiares (e<sub>i</sub>))<sub>Explicação</sub> (p<sub>i</sub>))

(110) Acho que eles estão com um bom caixa, *por causa do sucesso da Virgulóides* - (CP-G/H)

(p<sub>i</sub>: - acho que eles estão com um bom caixa - (p<sub>i</sub>) : (e<sub>i</sub>: - por causa do sucesso da Virgulóides - (e<sub>i</sub>))<sub>Explicação</sub> (p<sub>i</sub>))

(111) Na verdade, o bombeiro é um grande pára-choque das PMs. Enquanto a PM tem uma certa dificuldade junto à população, *por conta da violência*, o bombeiro é uma instituição leve, aceita pela sociedade. - (CP-G/H)

(p<sub>i</sub>: - a PM tem uma certa dificuldade junto à população - (p<sub>i</sub>) : (e<sub>i</sub>: - por conta da violência - (e<sub>i</sub>))<sub>Explicação</sub> (p<sub>i</sub>))

Em todas essas ocorrências, há um conteúdo proposicional que é justificado por um estado de coisas, o que caracteriza uma relação explicação.

Da mesma forma que na relação explicação, na expressão da relação **causa** também foram encontrados exemplos de SPpc simples com nome não causal, como em (112), e SPpc

de estrutura complexa com nome causal (113) e não causal (114):

- (112) Quando você conseguia condenar alguém *por tortura* você se baseava em outras figuras do Direito Penal, como lesões corporais. Agora é crime, e severamente punido [...] - (CP-G/H)  
 (e<sub>i</sub>: - você conseguia condenar alguém - (e<sub>i</sub>) : (e<sub>j</sub>: - por tortura - (e<sub>j</sub>))<sub>Causa</sub> (e<sub>i</sub>))
- (113) O aeroporto de Congonhas zona sul de SP, que opera a ponte aérea Rio-São Paulo, ficou fechado para pousos até as 7h45 de ontem *por causa de um nevoeiro* - (CP-G/H)  
 (e<sub>i</sub>: - O aeroporto de Congonhas zona sul de SP ficou fechado para pousos - (e<sub>i</sub>) : (t<sub>j</sub>: - até as 7h45 de ontem - (t<sub>j</sub>)) (e<sub>i</sub>) : (e<sub>j</sub>: - por causa de um nevoeiro - (e<sub>j</sub>))<sub>Causa</sub> (e<sub>i</sub>))
- (114) limpou as lágrimas que insistiam em descer ao chão, lógico, *por conta de a gravidade*. (CP-W/D)  
 (e<sub>i</sub>: - descer ao chão - (e<sub>i</sub>) : (e<sub>j</sub>: - por conta de a gravidade - (e<sub>j</sub>))<sub>Causa</sub> (e<sub>i</sub>))
- (115) As celas ficavam de frente uma para outra, mas a visão era prejudicada *por conta de duas grades e uma tela de metal*. (CP-G/H)  
 (e<sub>i</sub>: -a visão era prejudicada - (e<sub>i</sub>) : (e<sub>j</sub>: - por conta de duas grades e uma tela de metal - (e<sub>j</sub>))<sub>Causa</sub> (e<sub>i</sub>))

Essas ocorrências são compatíveis com a classificação proposta por Abreu, Pezatti e Marques (2016) para a expressão oracional da causalidade em língua portuguesa. No entanto, a ocorrência (116) traz um caso atípico, que merece ser destacado.

- (116) quando apareceu em Benicassim o Rototom as pessoas apresentavam algumas dúvidas *pelo desconhecimento*.. (CP-W/D)  
 (p<sub>i</sub>: - as pessoas apresentavam algumas dúvidas - (p<sub>i</sub>) : (p<sub>j</sub>: - por desconhecimento - (p<sub>j</sub>))<sub>Razão</sub> (p<sub>i</sub>))

Em (116), observa-se um SPpc que representa um conteúdo proposicional - desconhecimento – que modifica outro conteúdo proposicional - apresentar dúvidas. Essa relação entre um (p) que modifica outro (p) não é prevista nos estudos sobre a causalidade no português que tomam a GDF como modelo de análise, na medida em que a relação causa é entendida como um (e) que modifica outro (e); a relação razão, como um (p) que modifica um (e); e a relação explicação, como um (e) que modifica um (p).

A categoria semântica do item lexical do SPpc justifica a inclusão desse tipo de relação envolvendo proposições na relação **razão**, que se caracteriza por ter sempre um modificador proposicional, independentemente da categoria semântica do elemento por ele modificado.

É interessante observar a inter-relação entre a categoria semântica do item lexical do

SPpc e os outros critérios propostos para caracterizar as relações semânticas causa, razão e explicação. Os SPpc compostos com uma entidade de 3ª ordem (relação razão) só atuam na expressão de causa declarada, uma vez que, nesse caso, a relação de causalidade não se estabelece entre eventos no mundo físico, mas é atribuída pelo falante. Os SPpc compostos com entidades de 2ª e 1ª ordem podem expressar tanto causa efetiva (relação causa) ou causa declarada (relação explicação). O Quadro 2 resume esses resultados:

Quadro 2: Características semânticas das relações de causalidade

	<b>Causa</b>	<b>Explicação</b>	<b>Razão</b>
<b>Tipo de entidade envolvida na relação</b>	(e) é modificador de (e)	(e) é modificador de (p)	(p) é modificador de (e)
			(p) é modificador de (p)
<b>Categoria semântica do item lexical</b>	1ª e 2ª ordem	1ª e 2ª ordem	3ª ordem
<b>Tipo de causa</b>	Efetiva	Declarada	Declarada

Fonte: elaborado pela autora.

Note-se que a diferença entre a relação causa e a relação explicação, ambas caracterizadas por SPpc que expressam a mesma categoria semântica (e), estaria na avaliação do falante acerca dessa possível causalidade, apresentada como causa efetiva ou causa declarada, respectivamente. É o que se observa em (117) e (118):

(117) Ela teria levantado os óculos pela primeira vez: seus olhos estavam cheios de lágrimas *por causa de tanta luz*. - (CP-G/H)

(e<sub>i</sub>: -seus olhos estavam cheios de lágrimas - (e<sub>i</sub>) : (e<sub>j</sub>: - por causa de tanta luz - (e<sub>j</sub>))<sub>Causa</sub> (e<sub>i</sub>))

(118) Em São Paulo, houve uma queda de 15% dos passageiros *por conta das kombis e bestas*. (CP-G/H)

(p<sub>i</sub>: - Em São Paulo, houve uma queda de 15% dos passageiros - (p<sub>i</sub>) : (x<sub>i</sub>: - por conta das kombis e bestas (x<sub>i</sub>))<sub>Explicação</sub> (p<sub>i</sub>))

Em (117), a relação de causalidade constitui-se por meio de uma causalidade do tipo efetiva, na medida em que envolve um evento real e factual no mundo físico que independe de avaliação do falante. Já em (118), a relação de causalidade constitui-se por meio de uma causalidade do tipo declarada, uma vez que é uma relação criada pelo falante por meio da língua.

Por sua vez, a diferença entre as relações explicação e razão, ambas caracterizadas



como causa declarada, reside no tipo de entidade do SPpc envolvida na relação, como é possível observar em (119) e (120)

(119) Neste ano, a previsão é que 100 mil pequenos produtores percam sua propriedade *por falta de dinheiro* para produzir. (CP-G/H)

(p<sub>i</sub>: - Neste ano, a previsão é que 100 mil pequenos produtores percam sua propriedade – (p<sub>i</sub>)  
: (e<sub>i</sub>: – por falta de dinheiro para produzir - (e<sub>i</sub>))<sub>Explicação</sub> (p<sub>i</sub>))

(120) As vezes os empresários não têm idéia do benefício da Internet *por falta de conhecimento*. (CP-G/H)

(e<sub>i</sub>: - As vezes os empresários não têm idéia do benefício da Internet - (e<sub>i</sub>) : (p<sub>j</sub>: – por falta de conhecimento (p<sub>j</sub>))<sub>Razão</sub> (e<sub>i</sub>))

Nesse sentido, a diferença essencial entre a relação *razão* e a relação *explicação* consiste no tipo de entidade representada pelo SPpc, ao passo que diferença essencial entre as relações *explicação* e *causa* consiste no fato de essas entidades serem relacionadas causalmente pelo falante ou estabelecerem entre si uma causalidade que independe de avaliação ou intenção do falante, ou seja, a distinção entre causa ou explicação estaria no tipo de causalidade, efetiva ou declarada, respectivamente. Ainda, a causa declarada diz respeito à causalidade presente no que está sendo enunciado, a causa efetiva diz respeito à causalidade entre eventos do mundo. Esses critérios também justificam o fato de não ter sido encontrado, no *cópus*, construções sintagmáticas simples com léxico causal na expressão da relação causa, uma vez que os itens lexicais causais disponíveis em língua portuguesa, que poderiam atuar nesse sintagma, constituem-se de entidades de terceira ordem - como razão e motivo. Os SPpc que expressam as relações semânticas de causa, explicação e razão podem estabelecer diferentes relações de dependência no NM, codificando a informação de causalidade do NR por meio da relação de Cossubordinação, Expansão, Coordenação e Listagem. Como já apontado no Capítulo IV, a **Cossubordinação** se estabelece quando, em uma relação entre duas unidades, uma delas pode ocorrer sozinha e a outra não, como se vê em

(121) Hoje todo mundo quer jogar na Espanha *por causa do dinheiro*. (CP-G/H)  
(Xp<sub>1</sub>: [(Vp<sub>1</sub>) (Np<sub>1</sub>)] (Adpp<sub>1</sub>)Dep) Xp<sub>1</sub>)

Nesse caso, fica evidente que a unidade linguística anterior ao SPpc constitui uma unidade completa que não necessita do SPpc, ao passo que o SPpc depende da unidade anterior. Esse tipo de relação caracteriza-se como relação de Cossubordinação.

O SPpc que expressa as relações de causa, explicação e razão pode também estar envolvido em uma relação de **Expansão**, como em:

- (122) nunca seja para cumprir protocolos ou funções, e sim *por fome, por desejo, por loucura*. (CP-G/H)  
 (Xp<sub>1</sub>: [(Vp<sub>1</sub>) : (Adpp<sub>1</sub>) (Adpp<sub>2</sub>) (Adpp<sub>3</sub>)] (Xp<sub>1</sub>))

Em (122), o que se vê não é apenas uma questão de o SPpc depender ou não de outro sintagma para poder ocorrer, como em (121). Os sintagmas apresentam uma recursividade que expande as possibilidades de causalidade. Essa possibilidade é apresentada por Keizer (2007, 2015), bem como por Hengeveld e Mackenzie (2008), que defendem o fato de cada unidade do NM poder ser ilimitada por meio da recursividade de unidades linguísticas sem dependência a algum esquema argumental ou predicativo. Ainda, Keizer (2007, 2015) explica o fato de essa recursividade poder restringir ou expandir as informações que os sintagmas selecionam. Na ocorrência em (122), os SPpc apresentam uma sequência de informações que expande a causalidade para o evento na predicação com a qual se relaciona, configurando uma relação de Expansão.

Da mesma forma, o SPpc pode coordenar-se com outro SPpc e não configurar relação de Expansão, como em (123).

- (123) já as vítimas civis atingirão em Portugal por volta das 220. 000. 82. 000 *por fome* e 138. 000 *por causa da " gripe espanhola de 1918 "*. (CP-NOW)  
 (Xp<sub>1</sub>: [(Vp<sub>1</sub>) (Adpp<sub>1</sub>) (Adpp<sub>2</sub>) (Adpp<sub>3</sub>)] (Xp<sub>1</sub>))

Em (123) “por fome” apresenta uma relação de Coordenação com o SPpc “por causa da gripe espanhola, que não se configura como Expansão pois o que ocorre é o acréscimo de uma causalidade - não só por fome>mas também por causa da gripe.

Observa-se, desse modo, que os SPpc que atuam de forma cossubordinada ou coordenada podem possuir uma configuração morfossintática similar a das orações desenvolvidas, mas apresentam uma quantidade maior de relações, como se vê nas ocorrências acima<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Essa alegação tem por base os estudos de Abreu, Pezzatti e Marques (2016), que constataram que as orações causais desenvolvidas que representam unidades do NI estabelecem relações morfossintáticas de coordenação e as do NR, estabelecem relações de subordinação no NM.

Embora seja comum a ideia de que o SPrep ocorre sempre em uma relação sintática de dependência, percebe-se que essa dependência apresenta escalaridade, uma vez que a preposição ou a locução prepositiva que encabeça o SPpc pode resultar em uma relação de adjunção, e pode chegar à coordenação, como visto acima. Nesse sentido, quando os SPpc codificam as relações de razão, explicação e causa, a relação morfossintática não será de equiordenação.

### 6.2.2. A função semântica causativo

A análise do funcionamento do SPpc dentro do sistema de transitividade buscou verificar a função semântica do argumento por ele representado, tendo em vista o esquema argumental do verbo, conforme visto no Capítulo III. Quando analisados na estrutura interna da propriedade configuracional, percebe-se que o SPpc estabelece função semântica causativo e não apenas de Agente ou Locativo, como comumente se considera o sintagma preposicionado com *por*.

O esquema argumental foi analisado tanto na voz ativa quanto na voz passiva das construções em que o SPpc atua como argumento de um núcleo verbal, uma vez o SPpc pode ocorrer dentro do sistema de transitividade em ambas as vozes verbais.

Essas análises têm por objetivo demonstrar não só o funcionamento desses sintagmas no estabelecimento de relações de causalidade, mas também explicitar a necessidade de uma função semântica específica em língua portuguesa, a de Causativo,<sup>24</sup> para caracterizar essas relações.

Acerca do lugar que o SPpc ocupa no esquema argumental, cumpre destacar que foram encontradas ocorrências em que o SPpc ocupa o lugar de argumento necessário, como em (124), sendo que esse argumento apresenta uma informação esperada pela semântica do verbo.

- (124) Mas as pessoas continuam exatamente iguais: sentimentais, apaixonadas, sofrendo *por amor*  
- (CP-G/H)

(f<sub>i</sub>: [(f<sub>j</sub>: sofrer (f<sub>j</sub>)) (e<sub>i</sub>: – por amor – (e<sub>i</sub>)<sub>C</sub>] f<sub>i</sub>)

Há também casos em que esse o SPpc ocupa o lugar de um argumento, como em

---

<sup>24</sup> *Função semântica* é o termo utilizado na GDF para denominar *papel temático*.

(125), embora não apresente o argumento esperado pela semântica do verbo.

(125) Eu e mais uns cem *boyzinhos*, tudo filhinho de papai, fugimos *por causa da droga*. (CP-G/H)  
 (f<sub>i</sub> : [(f<sub>j</sub>: fugir (f<sub>j</sub>)) (x<sub>i</sub>)<sub>A</sub> (x<sub>j</sub>: – por causa da droga – (x<sub>j</sub>)<sub>C</sub>] (f<sub>i</sub> )

Luft (2010, p. 309) apresenta a regência básica de “fugir” como: *fugir de* (alguém); *fugir para* (algum lugar) ou *fugir por* (algum lugar). Assim, considerando “fugir” como verbo de valência dois, percebe-se que o esquema argumental de *fugir*, embora comumente possa ser preenchido pelas funções semânticas Agente (*Actor*) e Inativo (*Undergoer*) ou Agente e Locativo, essas macrofunções não contemplam a relação semântica que o SPpc estabelece ao ocupar o *slot* da predicação, que seria a de *Causativo*. Fato similar ao de (127) ocorre em (126), com o verbo “matar”.

(126) Eu matei *por ciúme*. (CP-NOW)  
 (f<sub>i</sub>: [(f<sub>j</sub>: matar (f<sub>j</sub>)) (x<sub>i</sub>)<sub>A</sub> (e<sub>i</sub>: – por ciúme – (e<sub>i</sub>)<sub>C</sub>] (f<sub>i</sub>)

Esse verbo possui valência dois e seu esquema argumental seleciona entidades com funções semânticas de Agente e Inativo, as quais contêm traços semânticos de [+animado] e [+concreto], com o traço de [+controle] para o Agente e [-controle] para Inativo. No entanto, o argumento do verbo não é apresentado e esse *slot* em termos do Dik, é preenchido pelo falante com um nome que apresenta especificidades semânticas de [-animado], [-controle] e [+abstrato].

Conforme Borba (1996) e Cançado (2012), o papel semântico que expressa a causa do evento apresenta sempre uma entidade [-animada] e com traço de [-controle] que desencadeiam a ação verbal, características presentes tanto no conteúdo lexical em *por conta da traição* quanto em *por causa da droga*, em (125) e *por amor*, em (126). Dessa forma, embora a preposição *por* possa inserir função semântica *Causativo*, a distinção desse papel é possível pela semântica do item lexical do SPpc e do verbo núcleo da predicação. Ao verificar o uso desse esquema argumental com uma entidade de traços [+animado], [+controle], como em (127), percebe-se que a função semântica se altera.

(127) O Xbox Game Pass é um serviço de subscrição que foi lançado *pela Microsoft*. (CP-NOW).

(127a) Um serviço de subscrição que foi lançado *pela Microsoft*. (adaptado)

(f<sub>i</sub>: [(f<sub>j</sub>: lançar (f<sub>j</sub>)) (x<sub>i</sub>: um serviço de subscrição (x<sub>i</sub>)<sub>U</sub> (x<sub>j</sub>: – pela microsoft – (x<sub>j</sub>)<sub>A</sub>] f<sub>i</sub>)

(127b) Um serviço de subscrição que foi lançado *por interesse comercial*. (adaptado)

(f<sub>i</sub>: [(f<sub>j</sub>: lançar (f<sub>j</sub>)) (x<sub>i</sub>: um serviço de subscrição (x<sub>i</sub>))<sub>U</sub> (p<sub>j</sub>: – por interesse comercial – (p<sub>j</sub>)<sub>C</sub>] f<sub>i</sub>)

Em (127a) há um argumento com função semântica Agente. Todavia, em (127b), essa consideração se torna inadequada do ponto de vista semântico, como é possível observar a seguir.

(127c) A Microsoft lançou um serviço de subscrição.

(127d) \* O interesse comercial lançou um serviço de subscrição.

Ao se considerar que *Microsoft* constitui um subato Referencial e *interesse* um Subato Atributivo, tendo em vista que o primeiro evoca entidades e o segundo, propriedades, verifica-se distinção entre Agente (da passiva) ou Causativo.

Desse modo, o SPpc representa um argumento com função semântica Causativo, exercendo essa função de maneira ainda mais significativa em construções na voz passiva. Nos sintagmas que compõem uma construção passiva, quando se considera sua composição mínima estrutural (sintagma nominal<sub>1</sub>, sintagma nominal<sub>2</sub> e sintagma verbal), os sintagmas 1 e 2 codificam os argumentos de uma estrutura argumental que apresenta um Agente (da passiva) e um Inativo (sujeito). Tendo em vista que a voz passiva é formada por verbos transitivos que sempre têm valência com um argumento a mais do que o mesmo verbo na voz ativa, verifica-se que, quando um dos termos da estrutura argumental é codificado por um SPpc com um item lexical de 2<sup>a</sup> ou 3<sup>a</sup> ordem, ela apresentará um Inativo e um e Causativo, sem Agente. Outro fator que corrobora a consideração da distinção entre um Agente e um Causativo é o fato de a transitividade verbal das construções passivas sintéticas possibilitar a comutação de voz passiva para ativa com um conteúdo informacional coerente, mas, nos casos em questão, essa comutação gera construções incoerentes semanticamente, como evidenciado acima.

Com isso, tem-se que o SPpc pode inserir tanto Agente quanto Causativo, quando explicita a causalidade do evento e não a agentividade da ação. Mais ainda, quando representa uma Subato Referencial ou Atributivo, respectivamente.

Com base no que foi exposto até o momento constata-se que a causalidade expressa pelos SPpc em orações de voz ativa ou de voz passiva é semanticamente motivada e que essas estruturas morfossintáticas se adequam para codificar as informações dos níveis de formulação e representa argumentos com entidades causadoras na predicação.

### 6.3 O SPpC E OUTRAS RELAÇÕES DE CAUSALIDADE

Até o momento, foram demonstrados exemplos do SPpC que podem ocorrer nos mesmos moldes de orações causais conjuncionais ou justapostas, tanto no NI, enquanto função retórica Motivação, quanto no NR enquanto relação causa, explicação e razão. Também se verificou a ocorrência do SPpC dentro do sistema de transitividade, inserindo função semântica causativo. No entanto, foram encontradas ocorrências de SPpC para além dessas relações mais comuns na indicação da causalidade. Considerando o exemplo em (128)

- (128) Por que setores de a Polícia Federal se prestam a um jogo que desrespeita princípios básicos de a Justiça e serve à casa-grande? *Por ignorância, sincero reacionarismo ou ódio de classe? Ódio ao PT, portanto, na crença granítica e definitiva de seu esquerdismo?.* (CP-NOW)

constatou-se que o SPpC apresenta um funcionamento com vistas à interação, em uma relação que não configura dependência entre os Atos, não apresentando, portanto, função retórica, mas também não apresentando designação semântica no NR.

Antes de se classificar essa ocorrência como tendo uma relação de equipolência entre Atos, cabe também a observação de que a relação de equipolência se configura entre Atos no interior de um mesmo Movimento. Descarta-se a atuação de ocorrências como essa no NR, pois não apresentam designação semântica nem estabelecem uma causalidade para um evento ou entre entidades que participam de um evento. O fato de no NR esses SPpC não constituírem modificador nem argumento de uma predicação e o fato de corresponderem a uma frase nominal são também aspectos a serem observados.

Dessa forma, há ocorrências de SPpC que codificam Atos Discursivos no Nível Interpessoal, mas os critérios para sua descrição são contextuais, dizem respeito à interação e criam estratégias que visam dar continuidade ao discurso, podendo gerar reações no ouvinte e não apenas “transmitir informações”. Uma vez que essas ocorrências são claramente realizadas no NI, cabe verificar sua funcionalidade, uma vez que, como já explicitado, não podem constituir função retórica por não apresentarem relação de dependência.

Conforme Hengeveld e Mackenzie (2008), o Movimento contribui para o discurso à medida que fornece elementos que permitem uma interação contínua e constitui-se como uma reação possível ao que é proferido discursivamente. Essa “reação” pode ocorrer tanto por parte do falante quanto por parte do ouvinte. Um Movimento pode ocorrer com a

alternância de turnos de fala em uma conversação ou pode sinalizar um movimento informacional que representa uma reação do falante ao seu próprio discurso. No corpus analisado foram encontradas ocorrências de SPpc que representam um Movimento, como em (129):

- (129) Entrevistador: Porque a Presbiteriana do Brasil?  
 Entrevistado: ...um pouco *por causa do histórico...né?*  
 ...o meu avô já era presbiteriano...meus pais presbiterianos...  
 ...então...eu segui por este caminho...  
 ...um pouco...*por causa da influência da família...com certeza...*  
 ...e também...*por uma convicção pessoal...né?*  
 ...claro que... envolve a formação da gente...desde criança e adolescente... (Funcpar)

Considera-se aqui, que essa unidade representada pelos SPpc apresenta uma subordinação discursiva nos moldes da proposta para análise das orações adverbiais feita por Stassi-Sé (2012). Essa consideração tem por base o fato de as unidades representadas pelos SPpc constituírem um Movimento que apresenta uma contribuição para o desenvolvimento do discurso, constituído por Atos Discursivos com ilocução própria e contornos entoacionais bem marcados.

- (129a) um pouco por causa do histórico...né?  
 Ato<sub>Interativo</sub> >DECL+ F + D + C  
 um pouco...por causa da influência da família...com certeza...  
 Ato<sub>Declarativo</sub> >DECL + F + D + C  
 e também...por uma convicção pessoal...né?  
 Ato<sub>Interativo</sub> >DECL+ F + D + C

Nota-se que cada Ato composto pelo SPpc insere um novo conteúdo informacional que realiza uma progressão tópica, em que o falante apresenta explicações distintas para um fato - a escolha em fazer parte da igreja presbiteriana.

Conforme Stassi-Sé (2012, p. 139), “Há Movimentos que contribuem para mudança de assunto, tendo então a função aqui denominada de Transição, que se manifesta no NM pela conjunção *porque*”, No entanto, essa manifestação no NM não é de equiordenação, embora haja o uso da conjunção. Nesse sentido, ressalta-se que a conjunção “porque” é uma conjunção prototípica para estabelecer relações de causalidade em língua portuguesa. Dessa forma, o SPpc, embora não apresente uma estrutura oracional nos moldes das orações causais desenvolvidas, discursivamente, pode apresentar o mesmo funcionamento e é marcado no

NM pela locução prepositiva “por causa de”, locução já gramaticalizada como conjunção quando no nível oracional, conforme Paiva (2010) - “por causa (de) que”. Em (130) verifica-se um exemplo de Transição.

- (130) Irrito-me quando leio nos jornais a hipótese do governo arrendar a Noroeste a terceiros. Por que razão ? *Por causa da queda das rendas?* Ou do estado precário do material rodante? Se há causas, não são essas. A causa verdadeira é outra, bem nacional aliás - a burocracia [...] (CP-G/H)

De acordo com Stassi-Sé (2012, p. 167), a Transição constitui uma função interacional de organização discursiva. A autora defende também que as funções interacionais surgem a partir do monitoramento do discurso por meio de três elementos essenciais: i) fenômenos de transição; ii) propriedades parentéticas e iii) explicitação metadiscursiva (STASSI-SÉ, 2012, p. 165-166).

Tendo em vista esses aspectos, entende-se que (136), além de apresentar esses três elementos essenciais de uma função interativa, caracteriza-se como uma função Transição, uma vez que cria espaço para reação do interlocutor por meio de um Ato Interativo (Por causa da queda das rendas?) e apresenta retomada do conteúdo no desenvolvimento do discurso (se há causas, não são essas). Neves (2012, p. 171) reconhece que “uma oração causal pode configurar-se fora do protótipo de factualidade, considerando a possibilidade de uma “causalidade eventual” (possível, mas ainda não efetivada). Em (131), o SPpc representa uma unidade que possui função Transição, mas que não constitui um Ato Interativo.

- (131) Que dia, meu prezado senhor! Minha mulher perdida e eu com este furioso galo na testa. E quer saber por que foi tudo isto? *Por causa da lotação.* - E não sabe também o senhor que, por causa da lotação, acho-me agora aqui, com estes embrulhos, e este queijo londrino, que devia figurar a esta hora no banquete dos anos de minha mulher. (CP-G/H)

Observe que (131), assim como os exemplos anteriores, apresenta um SPpc que constitui uma frase nominal sem relações morfossintáticas de dependência, sendo a expressão de um Ato Discursivo com ilocução própria e contorno entoacional bem marcados e com Ilocução Declarativa que ocorre logo após uma Ilocução Interativa, inserindo um novo conteúdo informacional que é retomado logo adiante no discurso. Conforme Stassi-Sé (2012),



as Funções de Transição e Adendo introduzem informação nova ao discurso, cada uma a sua maneira, o que acaba resultando em um formato com material linguístico menos previsível, já que contêm elementos mais atrelados ao conteúdo temático que apresentam, funcionando na organização e distribuição desses temas entre os Movimentos que constituem a interação. (2012, p. 147- grifo nosso)

Também se verificou a ocorrência de função interacional Transição marcada por inserções parentéticas, como em (132).

- (132) eu achei / depois de crescidos acho que foi bom porque os meninos não se sentem figura principal em nada na vida tá entendendo? quer dizer eles não têm / não reagiram assim com vontade de se afirmar e de ser / eles se sentem comuns entende ? *por causa do posicionamento deles na: na família ...* então: é comum ver isso (CP-G/H)

Note que o SPpc compõe um Ato Discursivo independente, realiza uma suspensão tópica em que apresenta a causalidade para a informação transmitida na interação e auxilia na transição do conteúdo temático. Em (132), o conteúdo temático era sobre “como eles se sentiam” e após o SPpc o conteúdo temático passa a ser sobre “como é comum ver pessoas que reagem como eles”. O mesmo ocorre em (133).

- (133) Por que esse conceito de que cultura é ruim está pegando em a população? *Por ignorância.* Nós somos ignorantes em várias coisas também, ignorância não é burrice, é falta de conhecimento. (CP-NOW)

Note que, em (133), o SPpc ocorre em resposta a um questionamento anterior, ou ainda, em resposta a um Ato Interativo, uma vez que o falante não realiza uma interrogação para o ouvinte com a intenção de obter uma resposta, mas realiza uma pergunta com a intenção de dar continuidade à interação comunicativa, inserindo um novo tópico.

Há ocorrências de Atos Discursivos de Ilocução Declarativa em relação de equipolência no NI que são codificados por SPpc que constituem frases nominais que não são coordenadas:

- (134) O jovem jogador do Boavista expressou o seu desencanto com a situação. Nos dois últimos jogos, Mário Silva foi expulso outras tantas vezes. *Sempre por acumulação de amarelos e com algum exagero.* Agora, o jogador, ainda muito jovem (19 anos), teme pelo impacto negativo na sua imagem como futebolista. (CP-G/H)

Essas ocorrências apresentam relações de Coordenação no NM. O exemplo (129), aqui retomado, serve para exemplificar um caso de coordenação tanto das unidades no NM quanto no NI.

- (129b) ...um pouco por causa do histórico...né?  
 ...o meu avô já era presbiteriano...meus pais presbiterianos...  
 ...então...eu segui por este caminho...  
 ...um pouco...por causa da influência da família...com certeza...  
 ...e também...por uma convicção pessoal...né?  
 ...claro que... envolve a formação da gente...desde criança e adolescente... (FUNCPAR)

Keizer (2015) explica que a relação de Coordenação acontece quando as unidades linguísticas podem “ser utilizadas independentemente”. Nesse sentido, há em (135) cláusulas coordenadas entre si, em que cada uma corresponde a uma resposta independente a pergunta sobre o porquê da escolha da igreja presbiteriana.

A ocorrência da Transição expressa por uma estrutura SPpc apresenta um funcionamento semelhante ao das construções causais conjuncionais descritas por Stassi-sé (2012). Essa semelhança ocorre devido ao fato de que as construções analisadas pela autora “apresentam maior autonomia semântica, sintática e fonológica em relação aos elementos anteriores e posteriores a eles” (p. 146), e constituem um tipo diferenciado de oração conjuncional.<sup>25</sup> Ocorrências de estrutura de SPpc nesse contexto de funcionamento e nesse nível e camada de atuação reforçam a concepção de que o objeto em estudo neste trabalho equipara-se a construções oracionais prototípicas de causalidade, ao mesmo tempo em que possuem um funcionamento mais diversificado.

Tendo em vista as análises apresentadas neste capítulo, chega-se ao seguinte quadro das relações de causalidade expressas pelo SPpc:

---

<sup>25</sup> Quem primeiro utilizou esse termo nos estudos de construções oracionais em língua portuguesa foi Beatriz Decat (1999).

Quadro 3: Características pragmáticas, semânticas e morfossintáticas das relações de causalidade no sintagma preposicionado *por+substantivo*

NÍVEL DE MANIFESTAÇÃO DA CAUSALIDADE		NI		NR				
TIPOS RELAÇÃO DE CAUSALIDADE		Transição	Motivação	Causa	Explicação	Razão	Causativo	
CRITÉRIOS DE IDENTIFICAÇÃO	FLUXO DE INFORMAÇÃO	Manutenção tópica		X				
		Início ou mudança de tópico	X					
	TIPO DE RELAÇÃO ENTRE OS ATOS	Equipolência	X					
		Dependência		X				
	SISTEMA DE TRANSITIVIDADE	Dentro						X
		Fora			X	X	X	
	TIPO DE ENTIDADE	1ª. Ordem			X	X		
		2ª ordem			X	X		
		3ª ordem					X	
	TIPO DE CAUSA	Efetiva			X			
		Declarada	X	X		X	X	
	RELAÇÃO MORFOSSINTÁTICA	Equiorde- nação		X				X
		Coorde- nação	X		X	X	X	
		Cossubor- dinação		X	X	X	X	
		Expansão			X	X	X	
Listagem				X	X	X		

Fonte: elaborado pela autora

O quadro 3 apresenta uma síntese dos critérios de identificação dos tipos de relações de causalidade de acordo com cada nível. Verifica-se que o SPpc representa uma unidade que atua, no NI, com função interacional Transição ou função retórica Motivação. No NR como modificador que estabelece as relações causa, explicação e razão e como argumento com função causativo. Essas relações são codificadas no NM por meio de relações diversificadas, algumas sendo específicas da expressão sintagmática da causalidade.

O quadro também permite observar de forma mais clara a interdependência entre os níveis de organização da oração, um dos pressupostos da teoria da GDF, uma vez que a

relação de dependência entre Atos Discursivos no NI não implica em uma relação de dependência no NM.

## 7. CONCLUSÕES

Esta pesquisa buscou investigar, a partir de uma perspectiva discursivo-funcional, as relações de causalidade em língua portuguesa expressas por um tipo específico de construção, os sintagmas preposicionados compostos pela preposição *por* seguida de um elemento nominal (*por+substantivo*).

A hipótese que norteou o desenvolvimento dessa investigação foi a de que esse sintagma, normalmente considerado como a expressão apenas de valor perlativo ou locativo, serviria à expressão de diferentes relações de causalidade e que essas relações, nos moldes do que já foi descrito para a expressão oracional da causalidade, poderiam ser caracterizadas a partir dos níveis e camadas de estruturação da oração propostos pela GDF. A adoção dessa abordagem teórica implicava, necessariamente, a consideração integrada de critérios pragmáticos, semânticos e morfossintáticos dos fatos da língua, característica essencial para descrever a multifuncionalidade do sintagma preposicionado com *por* que expressam causalidade.

A princípio, constatou-se que os SPpc podem representar unidades em diferentes camadas, apresentando funcionamento bastante semelhante ao das construções causais desenvolvidas. Assim, demonstrou-se, no Capítulo V, que os SPpc podem ser a representação de uma relação de causalidade que se estabelece no NI, por meio da função retórica Motivação, na camada do Ato Discursivo, com funcionamento voltado para interação linguística, sendo possível perceber as influências pragmáticas e contextuais nessas construções.

O SPpc pode, ainda, ser a representação das relações de causalidade estabelecidas por meio de modificadores do NR que indicam as relações semânticas razão, explicação e causa, ou pode ser a expressão de argumentos com função semântica causativo, de acordo com a configuração argumental da predicação.

Por fim, no Nível Morfossintático, as análises mostraram que os SPpc estabelecem relações diversificadas, quais sejam, Equiordenação, Coordenação e Cossubordinação do SPpc com a predicação nuclear, ou de Expansão e Listagem entre os SPpc, adequando-se às informações que recebem dos níveis de formulação.

Além dessas relações, foram encontrados dois casos atípicos, específicos da

expressão sintagmática da causalidade. Verificou-se que, no NR, além das relações marcadas por um (e) modificando outro (e) - relação causa; um (e) modificando um (p) - relação explicação; e um (p) modificando um (e) – relação razão, é possível ainda a relação entre um (p) modificando outro (p), na relação também classificada nesta pesquisa como razão. Para caracterizar essa relação entre um (p) modificando outro (p) como razão, considerou-se tanto a categoria semântica proposição do modificador, necessariamente uma proposição, quanto a natureza da causa estabelecida, uma causa declarada.

O segundo caso específico da representação sintagmática da causalidade foi identificado no NI. Observou-se que, na camada do Movimento, é possível que função interacional Transição também seja considerada como uma manifestação da causalidade. Nesses casos, um Ato Discursivo independente, representado no NM pelo SPpc, realiza uma suspensão tópica em que apresenta a causalidade para a informação transmitida na interação e auxilia na transição do conteúdo temático.

Todas essas relações apresentam codificação morfossintática variada, podendo se manifestar por meio de Cossubordinação, Coordenação, Expansão e Listagem. Todavia, nenhuma delas estabelece uma relação de subordinação. Essa é, sem dúvida, uma especificidade da expressão da causalidade sintagmática, uma vez que a subordinação é plenamente possível nas ocorrências oracionais.

A relação de subordinação morfossintática ocorre apenas quando o SPpc codifica a função semântica causativo. Quando o SPpc codifica um argumento não necessário do NR, ele se estabelece no NM por meio de relações variadas, mas nunca por meio de subordinação; quando ele codifica um argumento necessário, a relação será sempre de subordinação. Esse resultado é revelador de uma outra característica da expressão sintagmática da causalidade: quando os SPpc codificam um argumento necessário, ele é analisado no NR na estrutura interna da Propriedade Configuracional, e a esse argumento se atribui a função semântica Causativo, embora os estudos correntes sobre sintagmas iniciados com a preposição *por* considerem apenas as funções Agente ou Locativo.

Um outro ganho da descrição aqui apresentada está relacionado à comprovação da adequação do suporte teórico adotado para a análise dos SPpc envolvidos em construções passivas. Sob uma perspectiva mais ampla, comprovou-se que são os aspectos semânticos que influenciam a estrutura morfossintática, ao evidenciar que o NM codifica as construções do Ni e do NR por meio de relação de subordinação; mas, quando fora do sistema de transitividade, as relações morfossintáticas envolvem adjunção ou coordenação. Ainda,

quando há um Subato Referencial com entidade de primeira ou segunda ordem, a função semântica estabelecida pela unidade representada pelo SPpc será de Agente; quando for um Subato Atributivo com entidade de terceira ordem, a função semântica de uma entidade dentro do sistema de transitividade será de papel semântico Causativo. Ou seja, é a organização das unidades linguísticas nos níveis pragmático e semântico que determina a forma com que essas unidades são codificadas no NM.

Ainda, é importante destacar a interdependência entre os níveis. Essa interdependência pode ser observada no fato de cada nível apresentar um sistema distinto de funcionamento, ao mesmo tempo em que se observa que uma relação de dependência do NI não resulta, necessariamente em uma relação de dependência no NM.

O SPpc demonstrou-se uma unidade linguística altamente versátil na expressão da causalidade ao representar unidades em diferentes níveis e camadas e ao veicular diferentes relações causais. Por meio das análises, constata-se também a fluidez da língua, no sentido de que ela recebe influências externas ao sistema linguístico, influências contextuais e pragmáticas, como se viu nas ocorrências da função Transição.

No desenvolvimento deste trabalho, algumas perguntas surgiram e tiveram de ser deixadas para novas pesquisas, por fugirem ao escopo da presente investigação. Uma questão interessante está relacionada à possibilidade de a estrutura complexa do SPpc apresentar um processo de gramaticalização. O fato de haver um elemento lexical na composição nuclear de um item considerado gramatical - locução conjuntiva - denotaria um processo de gramaticalização desse item. Uma investigação da gramaticalização dessas ocorrências parece poder explicar o porquê de construções como *por influência de*, *por conta de* etc. apresentarem sentido similar a *por causa de* e, no entanto, em uma construção como *por meio de*, não. Isso conduz à percepção de que as locuções preposicionadas de causa podem estar passando por algum processo semântico que merece ser verificado. Questionamentos como esse servirão como motivação para pesquisas posteriores.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Carolina Cau Sposito; PEZATTI, Erotilde; MARQUES, Norma Barbosa Novaes. As orações causais. In: PEZATTI, Erotilde (org.). *Construções subordinadas na lusofonia – uma abordagem discursivo funcional*. 1. ed. – São Paulo: Editora Unesp digital, 2016, p. 121 – 152.
- BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa* – 2. ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.
- CASSEB-GALVÃO; Vânia. *Gramática discursivo-funcional e teoria da gramaticalização: revisitando os usos de [diski] no português brasileiro*. *Filol. linguíst. port.*, n. 13(2), p. 305-335, 2011.
- DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael. *Corpus do Português: 1 billion words, Web/Dialects*. Brigham Young University: Provo-UT, 2016-2021. Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/xp.asp>
- DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Part I: The structure of the clause. 2.ed.rev. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997a.
- DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Part II – Complex and derived constructions. New York: Mouton de Gruyter, 1997b
- HATTNHER, Marize Mattos. D.; HENGEVELD, K. (Eds.). *Advances in functional discourse grammar*. Alfa, n.2, 2007.
- HATTNHER, Marize Mattos D. *et al.* Coordenação não oracional alternativa. In: PEZATTI, E. (org.). *Construções coordenadas nas variedades portuguesas: uma abordagem discursivo-funcional*. 1. ed. – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021. p. 225-258.
- HENGEVELD, Kees; BAKER, Anne. *Linguistics: the basics*. Wiley-Blackwell, 2012.
- HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: University Press, 2008.
- KEIZER, Evelyn. *A Functional Discourse Grammar for English*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- LUFT, Celso. P. *Dicionário prático de regência nominal*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- LUFT, Celso. P. *Dicionário prático de regência verbal*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- LYONS, John. *Semantics*. 2 v. - Cambridge: Cambridge University Press, 1977.



MAAT, Henk Pander; SANDERS, Ted. *Domains of use or subjectivity? The distribution of three Dutch causal connectives explained*. In: Couper-Kuhlen, Elizabeth.; Kortmann, Bernd. (orgs.). *Cause, condition, concession, contrast: cognitive and discourse perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter - New York, 2000. p. 57-82

MEYER, Paul Georg. *The relevancy of causality*. In: Couper-Kuhlen, Elizabeth.; Kortmann, Bernd. (orgs.). *Cause, condition, concession, contrast: cognitive and discourse perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter - New York, 2000. p. 9-34.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. (org.) *Gramática do português falado*. 2. ed. – São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, Campinas: Editora Unicamp, 1999. p. 461-495 - (Conteúdo: v. 7. Novos Estudos)

PAIVA; Maria da Conceição Auxiliadora de; BRAGA, Maria Luiza. *Conjunções lexicais e gramaticais: o caso de por causa de*. *Gragoatá*. Niterói, n. 21, p. 73-86, 2. sem. 2006.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Editora Ática, 2004.

PEZATTI, Erolilde Goreti. *et al. O estatuto lexical/gramatical das preposições no português*. *Lusorama*, v. 81-82, p. 102-134, 2010.

SPÓSITO, Carolina Cau. *Construções adverbiais de Causa, Razão, Explicação e Motivação na lusofonia: uma abordagem discursivo-funcional*. 2012, 145 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

SWEETSER. E. E. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. (Cambridge Studies in Linguistics, 54). Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

STASSI-SÉ, J. C. *Subordinação discursiva no português à luz da gramática discursivo-funcional*. São José do Rio Preto, 2012. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos – Área de concentração: Análise Linguística) – Unesp.